

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANO MIGUEL BRAGA GRIEBELER

A AÇÃO POLÍTICA DO SETOR INDUSTRIAL TEXTIL NO BRASIL: A ABIT E A
ABERTURA COMERCIAL (1987-1997)

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - MESTRADO
JULIANO MIGUEL BRAGA GRIEBELER

**A AÇÃO POLÍTICA DO SETOR INDUSTRIAL TEXTIL NO BRASIL: A ABIT E
A ABERTURA COMERCIAL (1987-1997)**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Costa Neves

CURITIBA
2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Griebeler, Juliano Miguel Braga

A ação política do setor industrial têxtil no Brasil: a Abit e a abertura comercial (1987-1997) / Juliano Miguel Braga Griebeler – Curitiba, 2014. 96 f.

Orientador: Profº. Drº. Paulo Roberto Costa Neves
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Indústria têxtil - Aspectos políticos - Brasil. 2. Empresários.
3. Elites políticas - Brasil. 4. Brasil - Política comercial. 5. Associação Brasileira da Indústria Têxtil. I. Título.

CDD 338.47677



PARECER

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) mestrando(a) **JULIANO MIGUEL BRAGA GRIEBELER**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada “A AÇÃO POLÍTICA DO SETOR INDUSTRIAL TEXTIL NO BRASIL: A ABIT E A ABERTURA ECONÔMICA (1987 – 1997)”, decidiu favorável à “*APROVAÇÃO*.....” do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre em Ciência Política*.

Curitiba, 31 de março de 2014.



Maria Antonieta P. Leopoldi

Prof^a. Dr^a. Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Renato Monseff Perissinotto
Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

Paulo Roberto Neves Costa
Prof. Paulo Roberto Neves Costa
(orientador e presidente)

AGRADECIMENTO

Primeiramente, dedico esta pesquisa à minha família, ao meu pai Flávio, minha mãe Elizabete e aos meus irmãos Fabiano e Gabriel que sempre me apoiaram e me aconselharam, independente de minhas escolhas, visando sempre o meu bem. Fazer mestrado e trabalhar ao mesmo tempo acarreta numa certa ausência dos momentos familiares, agradeço pela compreensão e suporte, sem os quais não teria chegado até aqui.

Gostaria também de agradecer aos meus amigos, de longa data, da universidade, que fiz graças ao trabalho e à música, pois são eles que nos momentos mais críticos nos ajudam a ver o outro lado das coisas, a relaxar e ganhar um fôlego novo para seguir adiante. Agradeço à Caroline Castelani, pelo apoio e parceria e por me incentivar a sempre a buscar o meu melhor e a querer ser alguém melhor.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, pela dedicação aos alunos e pelo empenho em fazer com que o curso ganhe cada vez mais destaque pela qualidade de suas publicações. Principalmente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Paulo Roberto Costa, cujas conversas e orientações me ajudaram a desenvolver o presente trabalho, e me guiaram, ajudando a fugir dos erros que todos os acadêmicos em formação estão suscetíveis de cometer.

Agradeço à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em especial aos colegas de Departamento de Assuntos Legislativos, por terem sempre apoiado os meus estudos e substituído nos momentos em que me ausentei devido aos eventos ou aulas que assisti.

Sou grato também à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, e ao Sr. Fernando Pimentel, que foi sempre muito atencioso nas reuniões que marcamos para conversar sobre a pesquisa e me possibilitou o acesso à biblioteca da ABIT, onde coletei o material que orientou parte deste trabalho.

RESUMO

Tendo sido o setor industrial têxtil um dos segmentos produtivos mais atingidos pela abertura de mercado ocorrida no final dos anos 80, o presente trabalho tem por objetivo verificar como a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) agiu politicamente na defesa de seus interesses durante este período crítico. A hipótese que se buscou testar através da verificação da atuação política do setor industrial têxtil é a de que a década de 90 representou uma mudança na política industrial nacional. Com tal objetivo buscamos contribuir para uma melhor compreensão de como o empresariado industrial atua politicamente para fazer com que seus pleitos sejam atendidos pelas autoridades tomadoras de decisão. Para atingir tal proposta foram analisadas as edições da “Carta Têxtil”, publicação elaborada para os associados da ABIT entre 1987 e 1997, na qual procuramos identificar quais medidas políticas e estratégicas tomadas se enquadram no que a literatura define como padrões de ação política, assim como, qual a principal agenda da indústria têxtil durante o período em questão. Os resultados encontrados apontam para um setor que desempenhou uma intensa ação política diante de um processo de reestruturação do capital nacional, enfrentando dificuldades na consecução de seus pleitos devido às incertezas do cenário nacional, aos conflitos internos ao próprio setor têxtil e por defender pontos de vistas diferentes do poder público, no tocante à abertura comercial e ao fim das medidas protecionistas.

Palavras-chaves: Empresários; Empresariado; ABIT; Ação Política; Elites Políticas; Representação de interesses; Abertura comercial.

ABSTRACT

Having been the textile industry one of the most affected productive segments by the market opening occurred in the late 80s, this study aims to determine how the Brazilian Textile Industry Association (ABIT) acted politically to defend their interests during this critical period. The hypothesis that we sought to test through the political action of the textile industry is that the 90s represented a new period in Brazil industrial. With this goal we seek to contribute to a better understanding on how the industrial business operates politically to make their claims attended by the decision makers. To achieve such a proposal we have analyzed editions of "Charter Textile " publication prepared for the members of ABIT between 1987 and 1997, in which we seek to identify which policies and strategic measures were fit into what the literature defines as patterns of political action, as well as, what was the main agenda of the textile industry during the period in question. The results point to an industry that has played a strong political action during the restructuration process of the national capital, facing difficulties in pursuing its claims due to the uncertainties of the national scene, the internal conflicts in the textile sector itself and for defending different points of view than the opinion of the public authorities, about trade liberalization and the end of protectionist measures.

Keywords: Business; Entrepreneurship; ABIT; Political Action; Political Elites; Representation of interests; Commercial openness.

LISTA DE SIGLAS

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ATESP–Associação Têxtil do Estado de São Paulo

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CACEX – Carteira de Comércio Exterior

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CIB – Confederação Industrial do Brasil

CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CIFTA-RJ– Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro

CIFT-SP – Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo

CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CEB – Coalização Empresarial Brasileiras

CIP – Conselho Interministerial de Preços

FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

SINDITÊXTIL-SP–Sindicatos das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo

PNBE– Pensamento Nacional das Bases Empresariais

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SINDITÊXTIL-CE - Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado do Ceará

CNIT - Conselho Nacional da Indústria Têxtil

SITERJ - Sindicato da indústria de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro

SINDITÊXTIL-BA – Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado da Bahia

Sintex – Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A INDÚSTRIA BRASILEIRA ENQUANTO ATOR POLÍTICO	13
2.1 O SISTEMA CORPORATIVO DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	16
2.2 OS PROBLEMAS NACIONAIS DA ARTICULAÇÃO EMPRESARIAL	19
3. PARA UM ESTUDO DA AÇÃO POLÍTICA.....	28
3.1 METODOLOGIA	35
4. A CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E A REPRESENTAÇÃO DA ABIT	38
4.1 A HETEROGENEIDADE DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL.....	39
4.2 HISTÓRICO E ESTRUTURA DA ENTIDADE	42
4.3 O SITUAÇÃO DO SETOR PRÉ-ABERTURA COMERCIAL	46
5. A ABIT EM DEFESA DO SETOR INDUSTRIAL TÊXTIL	56
5.1 CONFLITOS DENTRO DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL	57
5.2 O CONTROLE DE PREÇOS	60
5.3 A PRESSÃO NO EXECUTIVO PELA SOBREVIVÊNCIA DO SETOR: O COMBATE AO DUMPING	63
6. CONCLUSÕES	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXO I.....	92

1. INTRODUÇÃO

A permeabilidade da agenda pública aos interesses privados nos sistemas democráticos é um fato conhecido. Diversos são os estudos que buscam compreender como se dá a ação de grupos de interesse junto às instituições de poder político e qual o impacto socioeconômico destas atividades. Quando tratamos desse assunto, inúmeros fatores se encontram presentes no processo de elaboração e decisão política, que acabam por ocasionar uma vasta e complexa interação entre atores e interesses. Quem são os atores envolvidos? Qual o papel destes interesses organizados no processo decisório e como fazem para levar seus pleitos às autoridades? Conseguem estes atores fazer com que suas demandas sejam levadas em consideração? E, qual a melhor forma para medir a influência de um grupo para o resultado de determinada política? Estas são apenas algumas das questões suscitadas ao tratarmos de como a sociedade organizada busca se inserir e influenciar no chamado “jogo político”.

A ação coletiva de grupos de interesse e de elites políticas e econômicas tem ocupado um importante espaço na agenda de pesquisa de ciência política, tal como demonstrado nos estudos Mancur Olson (1971) e Claus Offe e Helmut Wiesenhal (1984) - que estruturaram este campo de pesquisa e orientaram os estudos referentes ao tema. Para Olson (1971) os interesses em comum não seria fator suficiente para fazer com que os indivíduos agissem de forma coletiva, utilizando-se da teoria escolha racional e do individualismo metodológico Olson apontou as dificuldades que grupos muito grandes possuem para organizar uma ação coletiva. Já para Offe e Wiesenhal (1984), que se basearam em uma análise das classes sociais, o governo depende do capital para seu funcionamento e sustentação, essa dependência do estado faria com que os empresários assumissem um posicionamento privilegiado na elaboração de políticas e tomada de decisão.

De fato, a importância do setor produtivo, política e economicamente, faz com que ele seja um ator de destaque nos estudos de ação coletiva. O empresariado corresponde a um grupo extremamente diversificado e heterogêneo, que se divide em grandes grupos - como o financeiro, agrícola,

industrial, e etc., - os quais se encontram fragmentados internamente em diversos interesses setoriais - têxtil, vestuário, serviço, alimentício, construção civil, e assim por diante. Estes interesses são muitas vezes contrários, de forma que a busca por incentivos junto aos tomadores de decisão acabe encontrando certos obstáculos dentro do próprio grupo empresarial. Isso faz com que seja necessário um recorte mais específico do objeto de estudo para podermos analisar como se dá sua organização e, principalmente, o seu papel no processo de decisão e elaboração política, sem cair em generalizações que não correspondem à realidade de fato. As discussões a respeito do funcionamento e do papel das elites econômicas apresenta uma vasta literatura, nacional e internacional, a respeito da importância do segmento produtivo industrial no desenvolvimento político e econômico dos países, buscando analisar a relevância deste grupo enquanto ator político e sua capacidade associativa, é dentro desse grupo que a presente pesquisa encontra seu objeto de análise.

Os primeiros estudos a respeito do empresariado industrial no Brasil apontavam para a falta de ideologia deste grupo e de como ele relegou ao estado o papel de promotor do processo de industrialização iniciado na década de 30 (VIANNA, 1987; CARDOSO, 1963). Mais adiante, alguns autores procuram demonstrar como a indústria desempenhou um papel fundamental nos momentos chaves do processo de industrialização nacional, assim como na elaboração da legislação sindical e trabalhista (DINIZ, 1978; BOSCHI, 1979; LEOPOLDI, 2000). Recentemente, a literatura procurou verificar a ação política do empresariado industrial pós-constituição de 88 e abertura comercial, apontando para a forma como o sistema corporativo de interesses brasileiro moldou a forma de ação política do patronato, fazendo com que ele passasse por um processo de reorganização para adaptar-se ao novo cenário político e econômico (DOCTOR, 2002; SCHNEIDER, 2004; MANCUSO, 2004; DINIZ & BOSCHI, 2004).

Embora a literatura divirja a respeito dos motivos da ação fragmentada do setor industrial e da sua relevância na definição das políticas adotadas no Brasil, dois pontos são consensuais: (i) o setor produtivo realiza lobby junto às instituições políticas e (ii) a sua ação é feita, principalmente, de forma particular e setorializada (MANCUSO, 2007). A setorialização da ação empresarial se dá

por diversos motivos - desde a especificidade do sistema de representação de interesses brasileiro, a lógica de competição do mercado até a forma de elaboração e implementação de políticas do governo - e essa fragmentação de interesses resultaria na redução da força política empresarial dada a dificuldade de se criar uma pauta comum.

Sendo assim, este trabalho busca somar aos estudos mais recentes que tratam da ação política do empresariado industrial diante do processo de abertura comercial. Para tal, iremos analisar os padrões de ação política (COSTA, 2005; MANCUSO, 2007) da indústria têxtil brasileira através de sua entidade de representação setorial de interesses, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT, durante o processo de abertura de mercado, mais especificamente de 1987 a 1997. Iremos fazer a análise de três casos que possibilitam identificar o funcionamento e comportamento da entidade em seu relacionamento com o poder público e as transformações pela qual o setor industrial passou no período estudado.

A abordagem encontra justificativa por tratarmos de um segmento industrial importante para economia brasileira que passou por índices de retração superiores a 40% entre 1990 e 1998. Considerando-se que as associações tendem a serem mais ativas em momentos econômicos críticos (DONER & SCHNEIDER, 2000), o problema da pesquisa é verificar quais as formas de ação política desenvolvidas pela ABIT durante este processo. A hipótese que o presente trabalho pretende sustentar, por meio da análise da ação política da indústria em busca da defesa de interesses setoriais, e a de que durante a década de 90, com a abertura comercial, o país passou por um processo de mudança na política industrial e por uma reestruturação do capital brasileiro. Diante disso, a indústria têxtil buscou organizar-se através de sua associação privada para agir no processo de elaboração de políticas econômicas, visando assim, superar as adversidades resultantes das políticas implementadas. O que move a presente pesquisa é a relação entre os padrões de ação política de uma entidade representativa do setor têxtil e o processo de definição da política econômica, no contexto de 1987 a 1997, chamado de abertura comercial.

Sendo assim, para dar conta desta tarefa, o trabalho seguirá o seguinte roteiro. No capítulo 1, iremos abordar o debate existente nos estudos do

empresariado brasileiro a respeito de sua força política e capacidade de organização. Sendo a ABIT parte do sistema corporativo de interesses, trataremos do funcionamento deste e de como se dá sua influência sobre os padrões de ação do empresariado industrial.

No capítulo 2 trataremos das dificuldades existentes nos estudos sobre ação política de grupos organizados para definir a influência dos atores no processo decisório e, a partir desta discussão, apresentaremos a metodologia aqui utilizada.

A forma como se estrutura a cadeia produtiva do setor têxtil e a organização interna da ABIT serão apresentadas no capítulo 3. O conhecimento dos interesses que permeiam todos os elos de produção do setor irão nos auxiliar a compreender os conflitos de interesse presentes nos pleitos das entidades diante da adoção de políticas neoliberais pelo governo, assim como, o seu funcionamento nos dará importantes peculiaridades da forma e da composição da entidade.

No capítulo 4 analisaremos as ações políticas desenvolvidas pela ABIT entre as décadas de 1980 e 1990 para influenciar a política econômica que impactaram no setor. Trataremos dos temas que foram identificados como centrais na agenda da entidade, buscando verificar como se deu a atuação da ABIT, quais os conflitos de interesses existentes em seus pleitos e seus padrões de ação política, ou seja, onde e como ela agiu para influenciar o processo decisório. Através das demandas da entidade buscaremos verificar quais foram os resultados do processo decisório para analisar até que ponto teve sucesso em seus pleitos. Em seguida, apresentaremos nossas conclusões.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que não fazemos juízo de valor no tocante ao que o setor industrial têxtil defende como desenvolvimento nacional e as medidas necessárias para promovê-lo, assim como não opinamos a questão do *dumping*, por se tratar de algo que foge do escopo deste trabalho.

2. A INDÚSTRIA BRASILEIRA ENQUANTO ATOR POLÍTICO

Parte importante da literatura a respeito do empresariado brasileiro se estrutura em torno do debate referente à sua capacidade de organização na busca de incentivos coletivos, ou seja, consegue o setor industrial superar os conflitos internos e inerentes ao sistema de competição capitalista para defender seus interesses de forma conjunta diante o poder público? E mais, conseguiu a indústria influenciar nas políticas econômicas que moldaram o desenvolvimento do Brasil ao longo do século XX? Neste sentido, existe uma ampla discussão a respeito do desempenho da participação do empresário brasileiro nos rumos econômicos e democráticos tomados pelo país. Os estudos desenvolvidos apontam para a existência de um amplo consenso em torno da permeabilidade política dos poderes Legislativo e Executivo a pressões empresariais em busca de benefícios particulares, *rent seeking*, etc. A divergência na literatura instaura-se quando se trata de definir quão influente foi o setor industrial e, principalmente, o porquê de sua dificuldade de ação hegemônica. Faremos, primeiramente, um breve comentário a respeito dos primeiros estudos a respeito do empresariado industrial brasileiro.

Oliveira Vianna (1987), apresentou um dos primeiros estudos e identificou em suas pesquisas na década de 40 uma mentalidade pré-capitalista no industrial brasileiro, que não geria sua fábrica como um empresário que tinha como objetivo otimizar seus recursos, mas sim como um patriarca que cujo objetivo era assegurar seus meios de subsistência e uma classificação social superior. Fernando Henrique Cardoso (1963) aprofundou essa ideia de mentalidade pré-capitalista e dividiu os industriais em dois grupos: os “capitães de indústria” e os “homens de empresa”, sendo os primeiros, industriais que dirigiam as empresas a partir de critérios pessoais, sem a racionalidade lógica exigida pelo mercado, e os segundos os executivos modernos que dirigem suas empresas de forma impessoal e racional, visando otimizar seu lucro. Para Cardoso predominavam no Brasil os “capitães de indústria”, e este fator foi um dos que fez com que se gerassem imposições e restrições ao processo de industrialização que vinha ocorrendo no desde a década de 30. Isto ocorreu devido ao fato dos industriais gerirem suas empresas de acordo com suas experiências próprias mais do que por

planejamentos racionais, e acreditarem na necessidade do controle direto dos negócios.

Dessa forma, Fernando Henrique Cardoso e Oliveira Vianna apresentam pontos em comum em suas obras no que diz respeito à falta de uma identidade de classe entre o empresariado industrial. Para Viana até a década de 40, apesar da já existência do capitalismo, a burguesia industrial não havia se organizado em uma classe dominante. Para Cardoso, o empresariado colocava os interesses pessoais em detrimento dos coletivos, o que acabou por gerar uma ideologia burguesa pragmática e incapaz de se tornar hegemônica justamente por falta de um pensamento mais amplo no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A partir da década de 70 surgiram trabalhos que colocaram em questão a tese da debilidade política do empresariado e de sua incapacidade de compor um papel importante no processo de desenvolvimento brasileiro. Para Diniz (1978) a burguesia não chegou a deter a hegemonia no processo, mas foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiu a consolidação do capitalismo no Brasil. Sua participação teria sido fundamental na definição de um projeto econômico de industrialização do país, assim como de revelar o esgotamento do sistema primário-exportador vigente. O empresariado constitui-se enquanto um ator, cuja organização coletiva se dá em momentos pontuais, assim como em instancias econômicas importantes como o CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior) e o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças). Entretanto Diniz concorda que, em termos ideológicos, este grupo ainda encontrava-se incapaz de ter uma visão geral, sendo unilateral e particularista em sua busca de benefícios e defesa de interesses. Com relação à aliança entre a burguesia e os setores agrários, para a autora isto se deu não por uma falta de consciência de classe por parte dos industriais, mas sim por uma medida estratégica, com o intuito de fazer com que suas demandas fossem atendidas.

Renato Boschi (1979) apresenta uma abordagem próxima à de Eli Diniz, buscando superar o reducionismo dos estudos ao qual o empresariado industrial foi submetido, caracterizado como um ator fraco e passivo. Dessa forma, realiza uma análise integrada, superando a ideia de tipos ideais que se baseava na comparação a burguesia nacional com a de outros países, de que

forma a ação de grupos privados pode gerar novas formas de interação com o Estado. Para o autor, os empresários conseguiram estabelecer um tipo de relação entre público e privado de forma a participar diretamente em questões fundamentais para a classe, interação esta que se daria mais pelas vias corporativas do que pelo parlamento em si. Em sua análise, o empresariado seria politicamente forte e organizado assim como coerente ideologicamente, visto que não pensava a essência da ideologia empresarial enquanto liberal, mas sim autoritária. Entretanto, assim como Diniz, Boschi admite a incapacidade da burguesia de vincular interesses diversos daqueles estritamente ligados a seus interesses econômicos, motivo pelo qual não teria conseguido se estabelecer enquanto ator hegemônico.

Combatendo a ideia de uma burguesia industrial fraca, política e organizativamente, Maria Antonieta Leopoldi (2000) defende que as entidades industriais tiveram forças para inviabilizar o ideal corporativo do Estado Novo, fazendo com que o sistema corporativo fosse um acesso à mesa de negociação, antes de uma submissão ao controle do Estado. Sendo assim, a autora destaca a atuação não apenas da CNI e da FIESP como comandantes da frente contra a “corporativização” das indústrias, nos moldes idealizados pelo Estado, mas também por terem conseguido garantir uma posição de órgãos técnicos consultivos. As indústrias, assim como suas organizações de classe se envolveram ativamente no processo de desenvolvimento nacional, não obstante sua abstenção nos momentos de troca de regime, defendendo uma proposta de desenvolvimento industrial, fomentada pelo protecionismo econômico, a burguesia industrial apresentou também um projeto hegemônico, constituído através de alianças estratégicas tanto com o governo quanto com os militares criando formas de controlar o movimento operário.

A rápida passagem por esta discussão bibliográfica demonstra como a ação do empresariado industrial no processo de desenvolvimento do país foi interpretada sob diversas perspectivas e vem, mais recentemente, ganhando destaque a importância do papel por ele desempenhado. O sistema de representação de interesses encontra-se em destaque nos debates a respeito de como se dá sua atuação de pressão junto às autoridades tomadoras de decisão, de forma que, por ser o canal oficial de representação da classe dentro dos canais disponíveis pelo governo de defesa de interesses, é

importante conhecer o seu funcionamento e os debates sobre a sua influencia na ação política do empresariado brasileiro.

2.1 O Sistema Corporativo de Representação de interesses

As entidades representativas, tanto dos segmentos patronais quanto laborais, encontram suas regras de funcionamento, limites de autonomia e possibilidades de ação dentro do sistema corporativa de representação de interesses. As características deste sistema moldaram não apenas a forma como se dá o relacionamento entre o empresariado e o governo, e a relação empregador-trabalhador (LEOPOLDI, 2000), mas também o relacionamento interno do empresariado, que se encontra fragmentado numa miríade de interesses, muitas vezes, contraditórios. O sistema corporativo é uma forma de ordenação da representação política, que visa reduzir os conflitos de classes por meio de instituições que organizam a defesa de interesses dos setores patronal e laboral, promovendo uma relação ordenada entre o Estado e os interesses sociais organizados nessas entidades. (COSTA, 1989)

Para podermos fazer uma análise de como se dá ação política do empresariado industrial devemos compreender como funciona o sistema de representação de interesses e como o empresariado age por meio de suas entidades.

O sistema corporativo, tal qual o conhecemos hoje, tem sua origem no decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, assinado por Getúlio Vargas, que propunha a legislação sindical, patronal e laboral. O intuito desta medida foi ter controle sobre as entidades representativas, que vinham se fazendo cada vez mais ativas no cenário político em defesa das demandas de seus representados. (DINIZ, 1973; LEOPOLDI, 2000) Desta forma, com o decreto-lei de 1931, o governo obrigou os sindicatos, federações e confederações a buscarem a autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para seu funcionamento, submetendo assim, as entidades ao controle estatal. Inicialmente, os industriais se mostraram receosos com a regulamentação implementada, por não se adaptarem às entidades já existentes e por acreditar que a regulamentação dos sindicatos patronais deveria ser diferente da

regulamentação dos sindicatos de trabalhadores. Entretanto, com a oficialização dos sindicatos, estes ganhariam o status de órgão consultivo e técnico, adquirindo um lugar de ação no interior do Estado, benefício este que fez com que entidades como a FIESP promovessem uma ampla criação e oficialização de sindicatos na década de 30. (BIANCHI, 2004).

Leopoldi (2000) elaborou uma análise das articulações do empresariado industrial brasileiro junto ao governo na consolidação da legislação sindical nesta primeira etapa, que culminou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, e consolidou as bases estrutura sindical. Durante o período de 1930 a 1945 vemos uma forte atuação das principais entidades industriais¹, congregadas na primeira entidade suprarregional das indústrias, a Confederação Industrial do Brasil (CIB)², buscando manter certa autonomia por parte dos empresários no sistema de representação de interesses. Ao longo do século XX é possível observar períodos de maior interferência por parte do governo diretamente no funcionamento das entidades (principalmente nos períodos autoritários de 1930 a 1945 e 1964 a 1980) e períodos de maior liberdade de ação, porém não sem um controle estatal firme. A Constituição de 88 extinguiu pontos fundamentais que permitiam ao Estado controlar diretamente as entidades do sistema corporativo, tais como a “exigência prévia para a fundação de sindicatos, o poder para intervir nos postos de liderança e a faculdade de interferir no funcionamento cotidiano das entidades” (Mancuso, 2004, pág. 139).

Duas características apontadas como as principais responsáveis pela manutenção do sistema corporativista vigente são: a unicidade sindical e a contribuição obrigatória, pontos estes que foram mantidos na Constituição de 88 (DINIZ & BOSCHI, 2004; MANCUSO, 2004).

A unicidade sindical consiste na existência de apenas uma entidade enquanto sindicato patronal como representante oficial das empresas que realizem atividades da mesma natureza econômica, similares ou conexas, e que se encontram presentes numa determinada região, podendo ter abrangência municipal, estadual, interestadual e nacional. Os sindicatos

¹ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Federação das Indústrias do Rio de Janeiro; Central Industrial de Juiz de Fora e Central Industrial do Rio Grande do Sul

² “A CIB manteve um caráter semi-oficial até 1938, quando se transformou em órgão sindical oficial com o nome de Confederação Nacional da Indústria” (Leopoldi, 2000. Pág. 80)

patronais constituem a base deste sistema, as federações são as representantes a nível subnacional, que reúnem empresas do setor econômico dentro do Estado, e, por fim, as Confederações são a organização de cúpula de caráter nacional, abrangendo todas as federações.

Já a contribuição sindical consiste no pagamento compulsório do imposto sindical, sendo, portanto, devida por todas as empresas aos sindicatos que as representam. Embora o pagamento do imposto seja obrigatório, a filiação aos sindicatos patronais por parte das empresas é voluntária, ao se filiarem as empresas encontram-se aptas a usufruir dos serviços que são prestados pelos sindicatos exclusivamente aos seus associados. A contribuição sindical é dividida da seguinte maneira: 60% são destinados aos sindicatos, 15% às federações, 5% às confederações e os 20% restantes são destinados ao governo. O imposto sindical é o que possibilita o funcionamento e sustenta estrutura das entidades oficiais de representação.

Por sua vez, as associações são entidades que fazem parte da esfera não oficial de representação de interesses, por não possuírem regulação dentro do sistema corporativo e apresentarem competências diferentes das dadas às entidades oficiais – sindicatos, federações e confederações. Dessa forma, a associação é caracterizada como um agrupamento de pessoas, de direito privado e dotada de personalidade jurídica, para a realização de objetivos e ideais comuns³. Isto significa que sua contribuição é voluntária, não sendo imposta para as empresas como ocorre com a contribuição sindical. Significa também, que são entidades com mais autonomia de ação, no tocante às restrições e atribuições definidas pela constituição, entretanto, com certo limitador nas suas competências, devido às atividades que são únicas dos sindicatos. Embora estas associações tenham surgido antes da grande industrialização e implementação do sistema corporativista, não foram integradas no plano estatal da legislação sindical. Associações são mecanismos complementares, de caráter pluralista e não oficial, para escapar aos limites da forma de representação corporativa monopolizada (DINIZ & BOSCHI, 1991), sua importância e forma de articulação varia do contexto histórico-econômico em que suas ações se situam.

³ Constituição Federal art. 8

O sistema corporativo foi criado como uma forma de controle por parte do Estado da ação política das classes sociais através da regulação de suas formas de organização, funcionando também como canal de representação de interesses das classes sociais no processo de tomada de decisão do Estado. O Estado buscou restringir a liberdade de ação política, determinando um monopólio corporativo de representação (estruturas oficiais), entretanto não logrou o controle completo devido à manutenção da existência de entidades privadas (estruturas não-oficiais).

Embora tratemos da ação de uma entidade privada de defesa de interesses, é importante conhecer como funciona o sistema de representação de interesses brasileiro, devido ao fato de a pressão política se dar principalmente através de suas entidades associativas. Embora exista a diferenciação entre as instituições oficiais e privadas, muitas delas trabalham juntas e/ou possuem lideranças que ocupam importantes posições em ambas as entidades. A ABIT, como veremos adiante, possui diversos líderes sindicais em sua diretoria. O sucesso ou não dos pleitos empresariais no processo de elaboração política é apontado pela literatura como resultado, ou pelo menos profundamente influenciado, pelo sistema corporativo de interesses. Abordaremos a seguir as discussões a respeito de como ele possibilita ou não a aglutinação de interesses e a formação de um posicionamento com peso suficiente para influenciar os tomadores de decisão.

2.2 Os Problemas da Articulação Empresarial

As peculiaridades do sistema corporativo brasileiro encontram-se, atualmente, no centro do debate a respeito da incapacidade do empresariado organizar-se enquanto um ator coletivo. De um lado, encontramos os autores que creditam a tendência a uma alta fragmentação do sistema e a inexistência de uma entidade de cúpula, que agregue os interesses pulverizados do empresariado, como os principais responsáveis pelo fraco desempenho na defesa dos interesses de seus associados no desenvolvimento político-econômico do país. (KINGSTONE, 2001; DOCTOR, 2002; SCHNEIDER, 1997; 2004). Do outro, encontra-se a vertente dos estudos empresariais cujo

argumento se baseia na ideia de que embora o industrial não tenha conseguido se firmar como uma força hegemônica, desempenhou papel decisivo em diversas situações. Tal atuação foi possível graças à existência de entidades oficiais e privadas de defesa de interesses que fizeram com que o empresariado desenvolvesse uma ampla articulação política, fazendo uso dos diversos canais de representação na medida em que fossem necessários (DINIZ, 1978; BOSCHI, 1979; LEOPOLDI, 2000). Obras mais recentes apontam que na década de 90 é possível encontrar situações na qual o empresariado logrou organizar-se em torno de uma pauta comum. (LEOPOLDI, 2000; DINIZ & BOSCHI, 2004; MANCUSO, 2004).

O sistema corporativo molda os padrões de ação do empresariado nacional, na medida em que delega competências exclusivas para as entidades de representação, registradas de acordo com a legislação sindical. Uma série de estudos aponta o empresariado como incapaz de se articular em torno de uma pauta única. Estes autores encontram no sistema corporativo brasileiro um aparelho que incentiva os empresários a agirem de forma individual e setorial, não contribuindo para que ocorra a ação coletiva deste grupo (KINGSTONE, 2001; DOCTOR, 2002; SCHNEIDER, 1997; 2004). Dessa forma, apontam que, embora os empresários se beneficiem dos serviços ofertados pelas organizações oficiais de representação, eles não confiam nos métodos de representação de interesses destas entidades, e acabam por agir de forma individualizada em busca de incentivos particulares junto ao governo, realizando contatos pessoais junto às autoridades públicas, de acordo com o tamanho da empresa e do pleito visado, ou de suas associações setoriais. Isto se dá pelo fato de, dentro das próprias Federações e da Confederação, existir um grande conflito de interesses econômicos e políticos (DOCTOR, 2002).

Muitas vezes às políticas defendidas pelas entidades podem privilegiar um setor e afetar outro, ou conceder incentivos para investimentos em um Estado e prejudicar outros. Pelo viés político, a politização dos dirigentes das entidades, a sua relação pessoal com os políticos ou a sua busca por visibilidade política, tende a afetar a confiança do empresariado em suas ações (SCHNEIDER, 2004).

Para estes autores, o funcionamento interno das entidades oficiais de representação leva também a um desequilíbrio de representatividade das forças produtivas. As eleições da diretoria das Federações e Confederações não são capazes de representar as forças econômicas dos Estados, isto porque, nas eleições, todos os sindicatos tem o mesmo peso de voto, ou seja, um sindicato menor tem o mesmo peso na decisão da diretoria que um sindicato forte. Por exemplo, o sindicato de panificação de um estado tem tanto poder quanto o sindicato de construção civil, tido como um dos setores mais fortes economicamente. Isto faria com que os líderes das entidades de representação a nível estadual e nacional não correspondessem a representantes das empresas que tem maior participação no PIB do país, de forma que não seriam, portanto, fiéis representantes dos industriais nacionais. Dessa forma, empresas de grande alcance e importância econômica não se sentem representadas nas entidades oficiais e desenvolvem sua busca por benefícios junto ao governo ou particularmente, através da empresa, ou através de seus representantes setoriais.

Outra questão por eles levantada refere-se à existência de fatores que caracterizam a ação do empresariado como apática no tangente à busca de incentivos coletiva junto aos poderes públicos. Como exemplo, citam a incerteza econômica brasileira pelo fato ser uma democracia recente, e as constantes mudanças de regime fechado para aberto ocorridas no século XX, que acabam por tornar o ambiente de mercado incerto e aumentam as preocupações com a sobrevivência do negócio. O bom funcionamento das empresas faz com que os empresários tenham que dispende demasiado tempo junto às empresas, principalmente no período de consolidação das mesmas. A confiança nos subsídios e incentivos dados pelo Estado é outra situação que ocorre com frequência na relação entre poder público e privado, e acaba por gerar uma cultura paternalista de dependência, em que o governo cede benefícios em troca de apoio político e econômico dos empresários (DOCTOR, 2002). A ação do empresariado industrial nacional é profundamente marcada como reativa, e nunca proativa, ou seja, reagem às ações do governo e às intempéries ocasionadas pelas reivindicações dos trabalhadores ou políticas econômicas adotadas, sempre estando um passo atrás, e dificilmente propondo e reivindicando novos direitos e políticas.

Por fim, a inexistência de uma entidade multissetorial de cúpula, que congregue os interesses de todos os empresários nacionais – indústria, comércio, agricultura, finanças e demais serviços, é apontado como um dos principais fatores da deficiência em se organizar em torno de uma pauta hegemônica (SCHNEIDER, 2004; DOCTOR, 2002). Esta entidade funcionaria como um espaço de mediação dos conflitos inerentes à heterogeneidade do grupo, diminuindo as buscas por incentivos setoriais e exclusivos, definindo uma pauta do empresariado nacional, e até mesmo uma proposta de desenvolvimento econômico nacional. A inexistência de uma entidade nestes moldes é mais um indicador da articulação das classes patronais brasileiras, que devido ao *free-riding* e à busca de incentivos particulares não consegue cooperar e agir unificadamente.

Diante do acima exposto poderemos verificar como este grupo de autores chamados *brasilianistas* enxerga na incapacidade de ação coordenada do empresariado a causa da debilidade política do empresariado em levar seus pleitos em consideração na elaboração de políticas, e atribuem como principal responsável desta incapacidade o sistema corporativo de representação de interesse. Entretanto, os autores deixam de levar em consideração a vontade do governo e do empresariado e a ação fragmentada desempenhada pelos industriais. Com relação ao surgimento de uma entidade de cúpula, falta a vontade tanto do setor público quanto do privado do surgimento de tal aparato de negociação, dessa forma, tanto os empresários tem acesso direto aos políticos quando buscam incentivos, não tendo que se submeter a um conselho superior ou ter que lidar com os conflitos de interesse gerados dentro da lógica do sistema de mercado devido aos seus pleitos, como o poder público possui um contato direto com os empresários, conseguindo lidar com os seus pedidos de acordo com as possibilidades e favorecimentos que tais atos possam trazer. De toda forma, a inexistência de uma entidade não significa que o empresariado não tem sido bem sucedido na defesa de seus interesses ou na tentativa de conseguir benefícios, mas o tem feito de forma fragmentada e individualizada.

Recentemente surgiram diversos estudos que contrariam esta teoria de que o empresariado possui pouca força política devido à sua incapacidade de organização politicado (DINIZ & BOSCHI, 2004; LEOPOLDI, 2000; MANCUSO,

2004). Para estes autores, o empresariado industrial nacional tem desempenhado uma intensa e efetiva ação política em momentos chaves, e tem obtido significantes sucessos em seus pleitos (LEOPOLDI, 2000; DINIZ & BOSCHI, 2004). Embora exista uma dificuldade na coordenação da ação política coletiva, devido aos conflitos internos, o sistema corporativo não seria um empecilho para o desenvolvimento de tal ação, pois o empresariado se adaptou ao modelo existente e tem conseguido utilizar ao seu favor os diversos canais de representação e comunicação existentes.

Devido à coexistência de entidades oficiais e não-oficiais, e a possibilidade das empresas possuírem dupla filiação, Diniz e Boschi (2002) definem o nosso sistema corporativo de representação de interesses vigente como um sistema corporativo híbrido. As empresas se fazem representar tanto em seu sindicato quanto através da associação privada, obtendo assim os benefícios concedidos por ambas entidades. Outro ponto importante é a existência de um sistema de circulação de elites dirigentes e de lideranças em comum. Os presidentes eleitos e as diretorias costumam se fazer presentes nas duas entidades, ocupando cargos como vice-presidentes, diretores, conselheiros e etc.

Embora possuam essa circulação de lideranças, o relacionamento entre as associações privadas e as entidades oficiais depende da situação e do tema debatido, podendo ser conflitivo ou complementar (DINIZ & BOSCHI, 2000). As Federações e a Confederação tem que dialogar e mediar conflitos entre diversos setores, e muitas vezes decisões tomadas podem afetar indiretamente algum integrante da própria diretoria da entidade. Tendo isto em vista, muitas vezes as entidades oficiais se abstêm de agir ou de posicionar-se diante de uma situação específica, fazendo com que as associações setoriais tenham que ser acionadas e para que se reivindicem os pleitos de seus associados.

A existência de circulação de lideranças entre associações e sindicatos é explicada também como resultado de uma estratégia de sobrevivência das entidades de representação do empresariado. Diante das incertezas vigentes ao longo do século XX, devido às constantes trocas de regime e crises econômicas, os empresários ficaram com medo de que a regulamentação do sistema corporativo fosse uma forma do estado intervir diretamente nas entidades oficiais, de forma que poderia com a sua existência ou

tomar o patrimônio dos sindicatos, com isto em vista, é possível verificar uma intensa ação do empresariado na elaboração da legislação sindical para manter a existência de suas associações de classe privadas como forma de manterem parte de sua autonomia e escaparem do monopólio das organizações de representação pelo Estado (LEOPOLDI, 2000).

Para Diniz, Boschi e Leopoldi o sistema híbrido de representação tem seu início com a legislação sindical da era Vargas e passa por diversas alterações no decorrer do século. Na década de 50 tem início um processo de setorialização na defesa de interesses da indústria, provocada pelo aumento da burocracia e de agências governamentais que tornaram mais complexo o processo de industrialização nacional junto à inexistência de uma entidade de cúpula para mediar os interesses e conflitos internos do setor produtivo (DINIZ & BOSCHI, 1999). Durante a ditadura (1964-1984), o sistema corporativo oficial sofre um duro golpe em sua autonomia devido à subordinação ao Estado das entidades sindicais, o que leva a um aumento do poder das associações setoriais. Outro desdobramento desta situação é o aumento das vias informais de lobby, que acarretaram em uma segmentação na defesa de interesses (DINIZ & BOSCHI, 1999). Este período foi representado por uma departamentalização da ação empresarial, fazendo com que o empresariado conseguisse diversos incentivos setoriais, porém quase impossibilitou o surgimento de uma ação hegemônica. De acordo com Diniz & Boschi (1999) houve uma privatização do aparelho do Estado, devido a influência das associações setoriais nas agências governamentais.

Para Leopoldi (2000) houve uma completa reestruturação do sistema de representação após a década de 80, principalmente por dois motivos, a inflexão econômica e as reformas políticas presentes na Constituição de 88. Não conseguindo a CNI sintetizar as divergentes posições do empresariado industrial neste importante processo político e econômico, o governo buscou atender os interesses corporativos através de políticas industriais setoriais (LEOPOLDI, 2000). Temos assim, as seguintes estruturas de representação de interesses: o sistema semicorporativo (confederações, federações, etc.); o sistema semioficial (as associações); as organizações de mobilização para temas específicos (União Brasileira dos Empresários, Ação Empresarial, Reforma dos Portos), e *think tanks*, entidades que visam elaborar propostas

econômicas e ideológicas para o empresariado e governo. Nesta nova versão do sistema dual de representação de interesse, o sistema semioficial compete com o semicorporativo enquanto principal interlocutora com o Estado.

A década de 90 apresenta uma desestruturação da ação do sistema corporativo através de uma fragmentação de interesses. Para Bianchi (2004) a crise orgânica do Estado fez com que novas entidades surgissem paralelamente às estruturas oficiais e semioficiais, alguns exemplos desta nova forma de representação seriam o Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial (IEDE), criado em 1983 com o objetivo de difundir a ideologia liberal, e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), criado em 1987 com a proposta de ser um fórum para discutir temas de abrangência nacional.

Wagner Pralon Mancuso (2004) elaborou um estudo a respeito de como a constituinte de 88, a abertura comercial e as políticas liberais implementadas na década de 90, levaram a competição de mercado no território nacional a níveis jamais vistos antes. O aumento da competitividade ocorreu tanto internamente, devido ao crescimento de produtos importados graças à queda das barreiras protecionistas e pela sobrevalorização do real (MANCUSO, 2007), quanto externamente, devido às políticas que visavam o aumento das exportações, buscando conquistar novos mercados no exterior. A abertura comercial levou o empresariado industrial brasileiro a se organizar em torno de uma pauta hegemônica, o combate ao *Custo Brasil*⁴.

Externamente, o combate ao *Custo Brasil* se deu através da criação da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), entidade multissetorial, articulada pela CNI, com o objetivo de apoiar tecnicamente o governo nas negociações da recém implementada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)⁵ (MANCUSO & OLIVEIRA, 2006). Internamente, a CNI como liderança de cúpula do setor industrial, arcou com os custos políticos para mobilizar o empresariado nacional contra o *Custo Brasil*, através da Agenda Legislativa da Indústria. Em 1995 a Confederação realizou um evento com as principais entidades empresariais, visando analisar as propostas que tramitavam no Congresso Nacional e impactavam, direta ou indiretamente, o setor produtivo.

⁴Nas palavras de Mancuso, “Custo Brasil é a expressão que passou a resumir o conjunto de fatores que prejudicam a competitividade das empresas do país diante de empresas situadas em outros países.” (Mancuso, 2007, pág. 137)

⁵ Área de livre comércio visando eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos.

A Agenda Legislativa da Indústria é publicada desde 1996 e sua realização consiste num trabalho conjunto para identificar os projetos de maior impacto e definir um posicionamento do setor produtivo junto aos poderes Legislativo e Executivo. Esta mobilização empresarial em torno de uma pauta em comum contraria os estudiosos da tese da debilidade política, pois, devido ao contexto econômico e político, o empresariado conseguiu se unir e agir enquanto uma classe.

Bianchi (2004) demonstra como ocorre um movimento em toda a América Latina, por volta dos anos 80, de crescimento de associações que procuravam representar interesses considerados à margem da estrutura oficial de representação de interesses e da criação de novas associações empresariais de cúpula, assim como, a renovação de entidades já existentes. O surgimento deste associativismo encontra ligação com as mudanças apresentadas na política e na economia, devido à transição para a democracia e a adoção de políticas liberais. Devido à inevitabilidade da implementação das políticas liberais, o empresariado desenvolveu estratégias ativas de adaptação de acordo com as possibilidades presentes no novo arranjo institucional democrático da sociedade. Esta combinação de fatores levou a um ambiente favorável à organização de interesses e a criação de novas entidades. O empresariado teria apresentado um papel decisivo na formação de uma agenda de mudanças políticas e econômicas na década de 90 (BIANCHI, 2004).

Vemos, portanto, como o sistema corporativo, criado como uma forma do Estado manter o controle sobre as entidades de representação de interesses dos setores produtivo e laboral, passou por diversas mudanças e embates que resultaram no sistema corporativo dual que persiste hoje. A importância de como a literatura classifica a ação política do empresariado industrial é de fundamental importância para verificarmos como se deu a ação do setor industrial têxtil durante o processo de abertura comercial. A compreensão do sistema corporativo é necessária pelo fato de ser ela a representante oficial do empresariado nas negociações realizadas com o executivo ou em situações tripartites, sendo ele o responsável pela representação política do setor produtivo. A visão do sistema corporativo como principal causador da ação fragmentada da ação do empresariado industrial

brasileiro nos parece deixar de levar em considerações algumas características importantes do sistema produtivo e da lógica de mercado nacional, assunto que abordaremos quando analisarmos o caso da cadeia produtiva têxtil. A constatação da literatura de que grande parte da ação política é desenvolvida de forma particularizada nos leva a perceber os conflitos de interesses possíveis de emergirem no processo de construção de políticas econômicas junto ao governo, e da dificuldade de se definir a um determinado ator a influência política que este realizou para chegar a um resultado específico.

No próximo capítulo abordaremos a metodologia utilizada para analisar a ação política da ABIT, uma associação privada de representação de interesses que possui em sua composição diversos líderes sindicais, diante da abertura de mercado.

3. PARA UM ESTUDO DA AÇÃO POLÍTICA

Embora exista uma divergência na literatura a respeito dos efeitos do sistema corporativo na organização dos grupos de ação coletiva, todos os autores concordam com a afirmação de que grande parte da ação do empresariado brasileiro é desenvolvida de forma particular e a nível setorial. Quando nos propomos a analisar a ação coletiva de um determinado segmento, temos que levar em consideração que se trata de um grupo específico (no caso da presente pesquisa é a indústria têxtil), dentro de um grupo com interesses difusos (o empresariado do ramo industrial), o qual se encontra compreendido dentro de outro grupo mais abrangente, a classe produtiva como um todo (indústria, comércio, agricultura, financeiro, etc.).

Existe uma série de questões que precisam ser definidas para se realizar um estudo da ação política do empresariado brasileiro. Mancuso (2007) aponta sete perguntas fundamentais para a elaboração de um roteiro de pesquisa nesta área, são elas: (i) Quais os atores focalizados? (ii) Quais os seus alvos? (iii) Quais decisões despertam os interesses desses atores? (iv) Em que momento ocorre a atuação política? (v) Qual a forma da atuação política? (vi) Quais são os fins da atuação política? E, (vii) Quais os resultados da atuação?

A definição dos atores, como comentado anteriormente, é o ponto de partida para se definir quais os interesses que serão estudados, os agentes que serão mobilizados e os objetivos visados. Os estudos da ação política empresarial podem tomar diferentes rumos, de acordo com o ator a ser analisado. Dessa forma, pode-se fazer uma pesquisa a respeito de empresas específicas, sindicatos, federações, associações privadas de empregadores ou por segmentos econômicos. O ator pode agir a nível municipal, regional ou federal, e o porte da empresa é outro fator que pode ser levado em consideração.

A definição de quais os interesses almejados, quem se beneficiaria com determinado pleito e, principalmente, se os interesses em jogo entram em conflito com outros atores, são de suma importância para verificar o resultado das ações realizadas. Sempre haverá alguma objeção por parte de algum

grupo quando os interesses visarem políticas redistributivas⁶. Quando tratamos das ações realizadas por entidades representativas de um setor, os pleitos por elas demandados tendem a buscar incentivos que trariam benefícios para seus membros associados, ou seja, o segmento econômico que representa. Este é um dos motivos pelo qual os empresários recorrem às associações para tratar de determinados temas que entram em conflitos com outros setores, e o principal motivo pelas federações não atenderem todas as demandas das indústrias que representa. Sendo assim, a natureza dos benefícios buscados influencia nos interesses mobilizados, contra e a favor, para a definição de uma política econômica.

O momento da atuação é outra característica importante da ação política. Ele pode ser realizado na elaboração de uma política, antes mesmo dela chegar a ser apresentada. Esta ação se dá tanto quando grupos de interesse elaboram uma proposta e entregam para as autoridades responsáveis apresentarem, quanto na ação em conselhos municipais e estaduais que buscam elaborar ou alterar políticas. Outro momento de atuação é durante a apresentação e tramitação do projeto em questão. Caso tenha que passar pelo Poder Legislativo, existe todo o trâmite do processo legislativo no qual as entidades atuam, junto aos deputados, às comissões no plenário e etc. No Poder Executivo é preciso conseguir a aprovação da autoridade responsável (Secretário, Governador, Ministros, etc.). Caso um projeto contrário ao interesse do grupo seja aprovado existe a possibilidade de realizar uma mobilização para vetar o projeto, junto ao Executivo, apresentar alguma norma que cesse os efeitos da medida em questão, no Legislativo, ou até, e geralmente em último caso, uma ação no Judiciário, através de ações de inconstitucionalidade ou outros meios jurídicos.

Bachrach e Baratz (1962) mostram que até mesmo a não discussão de determinados temas trata-se de uma ação política, ou, como denominam, a não ação é também uma ação. Dessa forma, os temas em discussão seriam aqueles que já passaram por um filtro dos grupos interessados e com poder de decisão em questão. Sendo assim o estudo das decisões políticas já condicionadas pelos temas que podem ser debatidos, e não possibilitaria, em

⁶LaPalombara (1980) *apud* Santos (2011)

determinados casos, encontrar os reais detentores do poder ou dos principais temas de um governo.

A natureza do pleito influencia também ação do empresariado junto aos poderes públicos. O Poder Executivo é visto como o grande alvo das mobilizações, principalmente devido à competência que este poder tem em implementar medidas que influenciam diretamente a política econômica. O Legislativo, que voltou a ganhar destaque na década de 90, também é uma importante esfera de ação dos grupos de interesse, embora seus poderes sejam muitas vezes limitados pela interferência do legislativo nesta esfera. Estes dois poderes são vistos como permeados por interesses políticos, de forma que o Judiciário é mobilizado quando os empresários não conseguem atingir seus interesses através do Congresso Nacional e se utilizam de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) e outros meios jurídicos para ter seus direitos garantidos⁷.

Ao tratarmos de quais os meios utilizados, Costa (2005) define que a análise dos padrões de ação política do empresariado pode ser realizada a partir de dois níveis inter-relacionados de atuação, são eles: (i) as estratégias, ou os padrões específicos da ação concreta e (ii) as táticas, ou os padrões gerais apreendidos através das concepções políticas e democráticas. As estratégias referem-se a como a entidade se articula diariamente e como se utiliza das instituições do regime político para a defesa de seus interesses, correspondendo a uma esfera da ação mais abrangente. Já as táticas seriam ações de forma mais localizadas e medidas pontuais para a consecução de seus objetivos, como reuniões com parlamentares e eventos específicos. Abaixo, encontram-se alguns exemplos apontados por Mancuso (2007) de atividades que podem ser realizadas por empresários em defesa de seus interesses.

⁷ Recentemente podemos ver o embate entre Governo e Empresários em torno da cobrança dos 10% adicionais do FGTS. O empresariado se mobilizou para aprovar uma lei que suspendia esta cobrança, o Congresso Nacional aprovou, porém em seguida o Governo Federal vetou a medida. Na votação do veto no Senado ele foi mantido, de forma que as entidades empresariais estão recorrendo ao Judiciário através de uma ADIN para suspender a cobrança.

Contato direto com os tomadores de decisões ou seus assessores. Esses contatos podem ocorrer em situações formais ou informais (almoços, jantares, festas, etc.).
Contato indireto com os tomadores de decisões por meio de cartas, abaixo-assinados, mensagens eletrônicas, etc.
Presença oficial em organismos diretamente envolvidos no processo decisório (comissões, grupos de trabalho, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, etc.).
Elaboração e publicação de documentos que apresentam e justificam as reivindicações do empresariado
Redação e apresentação de projetos
Participação em audiências públicas
Campanhas de telefonema e envio de correspondência aos tomadores de decisões
Divulgação de demandas empresariais por meio da mídia
Divulgação pública da posição assumida pelos tomadores de decisões diante das demandas empresariais
Formação de coalizões
Contratação temporária de indivíduos ou firmas especializadas em defesa de interesses
Promoção de protestos e manifestações

QUADRO 1 – POSSÍVEIS AÇÕES DOS EMPRESÁRIOS EM DEFESA DE SEUS INTERESSES

Fonte: Mancuso (2007)

Dessa forma, Mancuso apresenta uma série de ações desenvolvidas pelos grupos de interesse que visam influenciar na deliberação de determinada política. Para tal utilizam diversos meios, desde contato direto com as autoridades, visto que muitas vezes frequentam os mesmo círculos sociais, elaboração de estudos técnicos que suportem o pleito apresentado, participação nos espaços públicos de discussão e até mesmo influenciar a opinião pública a seu favor para assim conseguir o apoio dos tomadores de decisão.

Quando tratamos de verificar quais os resultados da ação realizada, encontramos um obstáculo complexo de ser superado, a dificuldade em atribuir tal resultado à atuação de determinado ator. Embora exista uma vasta gama de ações políticas desenvolvidas pelo setor empresarial a definição da influência de tais ações na definição das políticas implementadas é ainda um grande desafio para os estudos que buscam verificar o sucesso da pressão do setor produtivo junto às instituições políticas. A definição da influencia do empresariado sobre as decisões políticas do poder público é vista por muitos autores como uma das questões mais interessantes dos estudos de ação políticas (SCHMITTER, 1971; MANCUSO, 2004), avaliar a influência é um processo muito complexo, devido aos inúmeros interesses presentes nos processos de produção políticos dos sistemas democráticos. Para afirmar que determinado resultado foi atingido devido à mobilização de determinados ator,

tem que ser provado que, caso não houvesse esta mobilização, o resultado obtido seria outro (MANCUSO, 2004). Mancuso (2004) destaca duas dificuldades principais nesta tarefa: a primeira seria “dimensionar o efeito sobre a decisão política que é atribuível, especificamente, ao ator focalizado” e “encontrar bons indicadores que permitam identificar a presença, ou ausência, do fenômeno de interesse: a influência política” (MANCUSO, 2004: 125).

Diversos são os recursos operados pelos atores para atingir seus interesses, sendo recurso econômico apontado como o principal deles, entretanto, o conhecimento especializado sobre o assunto, a capacidade de resolver problemas de ação coletiva e a existência de lideranças de qualidade dentro dos grupos são também variáveis importantes para o estudo do impacto da ação do empresariado. Não apenas os recursos utilizados, mas a natureza do pleito é fator relevante na configuração dos interesses que se formam ao redor de determinada decisão política.

Devido à vasta quantidade de fatores que podem influenciar uma decisão política, conseguir atribuir a um único ator ou motivo o resultado é algo extremamente difícil, para não dizer impossível. O indicador a ser utilizado pode direcionar tanto a favor quanto contrariamente o impacto de determinado ator na análise do pesquisador. Mancuso (2004) apontou os três principais indicadores mobilizados pelos pesquisadores para identificar o resultado da influência política exercida nos processos decisórios, apontando quais as dificuldades encontradas pelos pesquisadores em cada um deles (QUADRO 2).

Indicador	Papel do pesquisador	Limitações do indicador
Avaliação do ator sobre a própria influência	Relata a avaliação feita pelo ator	<ul style="list-style-type: none"> - O ator pode ser incapaz de mostrar que a decisão não ocorreria – ou seria diferente – caso não tivesse agido - O ator pode superestimar a influência que exerce para transmitir uma imagem irreal de força (Furlong, 1997: 333) ou subestimar a influência que exerce por razões estratégicas (Domhoff, 2002: 177). - As avaliações de influência feitas por atores diferentes podem seguir critérios diferentes - A comparação dessas avaliações envolve sérios problemas metodológicos
Avaliação dos tomadores de decisão sobre a influência do ator	Relata a avaliação feita pelo tomador de decisão	<ul style="list-style-type: none"> - O tomador de decisão pode ter dificuldade para discernir a importância relativa dos fatores a que se deve sua própria decisão (Milbrath, 1960: 34). - O tomador de decisão pode subestimar

		<p>a influência exercida pelo ator para transmitir uma imagem irreal de autonomia e invulnerabilidade (Dahl, 1959: 28). O tomador de decisão também pode superestimar a influência exercida pelo ator para transmitir uma falsa ideia de solicitude.</p> <p>- Problemas envolvidos na comparação de avaliações feitas por diferentes tomadores de decisão.</p>
<p>Avaliação de observadores experientes (lobistas, jornalistas, pesquisadores, políticos não envolvidos diretamente com a decisão focalizada, entre outros) sobre a influência do ator.</p>	<p>Relata a avaliação feita pelos observadores</p>	<p>- Os observadores podem ser incapazes de mostrar que a decisão não ocorreria – ou seria diferente – caso o ator não tivesse agido.</p> <p>- Os observadores podem basear suas avaliações em reputações, e não em fatos concretos (Salamon & Siegfried, 1977: 1027).</p> <p>- Problemas envolvidos na comparação de avaliações feitas por diferentes observadores, que podem seguir critérios diversos.</p>
<p>Resultado do processo decisório</p>	<p>Verifica a convergência entre as demandas do ator e o resultado da decisão. Se há convergência, então há influência. Caso contrário, não há. Não considera as ações políticas do ator</p>	<p>- O pesquisador usa o conceito de influência, mas não apresenta evidências de que a ação do ator é de fato a causa da decisão política.</p>
<p>Resultado do processo decisório</p>	<p>Descreve em detalhes as ações que o ator realizou para alcançar o resultado desejado. Depois verifica a convergência entre as demandas do ator e o resultado da decisão. Se já convergência, então há influência.</p>	<p>- O pesquisador pode ser incapaz de mostrar que a ação do ator é a causa da decisão política.</p> <p>- A relutância de empresários e políticos em revelar informações detalhadas sobre suas negociações torna especialmente difícil reconstruir a ação política empresarial (Epstein, 1990: 04).</p>

QUADRO 2 – OS INDICADORES DE INFLUÊNCIA E SUAS LIMITAÇÕES

Fonte: Mancuso (2004)

Os indicadores são divididos entre os baseados em impressões e o que tem como base resultados. Os três primeiros indicadores apresentados tratam da impressão e avaliação de atores que estiveram diretamente envolvidos no processo ou de observadores experientes para definir a influência de determinado grupo sobre o resultado obtido. As dificuldades desta metodologia envolvem não cair no posicionamento parcial que os atores que relatam determinado acontecimento podem apresentar. Como mostrado na tabela, determinados atores podem dar um maior peso a suas ações ou às ações de outro visando enaltecer seu trabalho ou alguma entidade, passando assim impressões que não corroboram como de fato se deu o acontecimento. O papel

do pesquisador não é tão ativo quando se utilizam estes indicadores, pois consiste em analisar as avaliações e trabalhar em cima do relato de terceiros. Já os dois outros indicadores se baseiam em resultado, e delegam ao pesquisador um papel ativo e de maior empenho na análise de dados. O primeiro grupo que se vale dos pleitos realizados e dos resultados obtidos, não tratando de que determinada meta atingida se deu devido à ação desempenhada pelo ator. Já o segundo grupo procura verificar em que ponto a mobilização desenvolvida pelo empresariado influenciou no resultado obtido, através de uma reconstrução em detalhes da atuação e dos contextos, para poder concluir que a convergência entre os pleitos e os resultados obtidos indica realmente a existência de uma influência política (MANCUSO, 2004: 134). Entretanto, o autor aponta que nenhum dos indicadores pode ser considerado preciso, pois nenhum é capaz de respaldar o raciocínio contrafactual de que caso o ator em questão no tivesse agido o resultado seria outro.

Manoel Santos (2010) fez uma atualização da literatura americana no tocante a estudo de grupos de pressão, com base nas variáveis mobilizadas por cada pesquisador. Entretanto o problema apontado pela literatura é de que grande parte dos estudos sobre lobby não apresentam nenhuma forma de medir diretamente o lobby em si, o que acaba tornando os estudos muito abrangentes e de difícil correlação. Os estudos que buscam medir influência acabam por utilizar diferentes variáveis explicativas, e os estudos de caso não permitem uma generalização de seus achados. Outro problema é que os que utilizam medidas diretas o fazem por entrevista ou questionários. Existe uma parcela de estudos que se utiliza do número de políticos oriundos de determinado setor, financiamento de campanha, perfil prosopográfico, entretanto algumas medidas utilizadas tornam os resultados vulneráveis empiricamente.

O presente trabalho se ocupa do relacionamento público-privado realizado de forma legal, não desmerecendo a influência que a corrupção pode ter nas definições das políticas industriais, mas se a abordagem e correlação do resultado dos sucessos já é um trabalho difícil quando nos utilizamos dos materiais oficiais e legais da ação empresarial, a tentativa de verificar como se

dá a influência através dos meios não oficiais de pressão representa um problema maior ainda.

Sendo assim, diante do acima exposto procuramos determinar a metodologia utilizada, cientes dos benefícios e dificuldades que cada indicador selecionado pode trazer para a análise da influência de determinados atores no processo de produção de políticas.

3.1 Metodologia

A metodologia de pesquisa busca fazer uma descrição detalhada da ação política da Abit, utilizando como base o material a que tivemos acesso para verificar a hipótese levantada. Sendo assim, a pesquisa se concentrará nas informações presentes na *Carta Têxtil*. A *Carta Têxtil* era uma publicação destinada aos associados da ABIT e do SINDITEXTIL-SP, que circulou de 1987 a 1998, e trazia as principais ações e atividades desenvolvidas pela entidade, tais como: os ofícios enviados às autoridades e reuniões com elas realizadas, os principais pleitos atingidos, as atas das reuniões, os serviços ofertados visando diminuir o custo de informação para os empresários (tais como explicação do funcionamento das portarias, medidas econômicas e projetos de lei que seriam implementadas, oportunidade de negócios, etc.), balança comercial, oportunidades de investimento e pesquisas a respeito da realidade econômica do setor. Foram analisadas 475 edições da *Carta Têxtil*, assim como atas e informes publicados dentro do período estudado. Além desta publicação pesquisamos informações presentes em jornais da época, artigos e revisões econômicas do setor elaboradas pelo BNDES.

A definição do período se deu por dois motivos. Primeiramente, a publicação utilizada como fonte principal saiu de circulação em 1998, de forma que tivemos acesso ao material publicado até 1997. Em segundo lugar, a partir de 1998 temos uma nova presidência na entidade estudada e o fim de um ciclo, sendo assim, o recorte temporal busca averiguar a atuação dentro deste primeiro momento de reação à implementação das políticas de abertura comercial.

Através das publicações procuraremos identificar qual foi e se existiu um padrão de ação política da entidade junto ao Governo no período estudado. Como se deu o relacionamento da entidade com as instituições políticas, quais os instrumentos por ela utilizados para influenciar no processo de elaboração de políticas econômicas, quais eram suas demandas específicas, qual a visão da ABIT sobre o impacto de sua atuação e se os resultados obtidos corroboram com os pleitos realizados. Por padrão de ação política entendemos as atividades recorrentes da entidade, internas e externas, de tentativa de influência e pressão tanto no poder Legislativo quanto Executivo. Os procedimentos internos seriam como a entidade se organiza, toma decisões, elabora seu posicionamento e define sua ação estratégica. Os procedimentos externos tratam da tentativa de influenciar a produção de políticas, seja através da mídia, de ofícios, contatos oficiais, reuniões com autoridades, mobilizações e apresentação de estudos

Embora cientes do fato das entidades de representação sempre buscarem destacar a importância de seus atos, a fim de justificar sua existência ou de ter seus pedidos atendidos, e de os empresários sempre mostrarem-se insatisfeitos com a sua situação atual, com o intuito de ter suas demandas atendidas e não dar muita brecha de requisição para o setor laboral, iremos analisar o resultado das políticas implementadas para verificar se vai de acordo aos interesses pleiteados pelo setor.

Pretendemos trabalhar, portanto, com dois indicadores, são eles: a avaliação do ator sobre a própria influência e o resultado do processo decisório. Como apontado por Mancuso (2004), há limitações para a utilização da perspectiva do ator, pelo fato de poder influenciar no papel que determinado ator teve para a tomada da decisão em questão, podendo acontecer uma superestimação ou subestimação do papel do ator no resultado final, assim como pela subjetividade dos critérios por ele utilizados para definir sua influência. Cientes deste empecilho faremos um cruzamento da pauta de demandas da entidade e verificar até que ponto elas foram atendidas tal como solicitadas. Faremos assim uma análise detalhada da atuação da entidade, verificando qual foi o papel desempenhado, quais as suas demandas e quais os resultados obtidos. Dessa forma não contaremos apenas com a avaliação

do ator, mas com a reconstrução da mobilização e com a verificação dos pleitos, cruzando estes com os resultados.

Outro diferencial consiste no estudo de três casos, ao invés de um, para identificarmos os padrões de ação. Analisando como se deu a atuação da entidade em pleitos de natureza diferente, é possível verificar quais as forças que se encontravam envolvidas e quais os meios utilizados pelo empresariado para ter sucesso em sua empreitada.

Utilizando-nos destas ferramentas pretendemos identificar os padrões de ação política da ABIT e, junto com a análise de seu relacionamento com os demais elos da cadeia produtiva e de seu funcionamento interno, conseguíamos verificar como uma entidade de representação setorial reagiu à abertura econômica e como atuou junto aos poderes Executivo e Legislativo.

4. A CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E A REPRESENTAÇÃO DA ABIT

O setor têxtil abrange um dos segmentos industriais mais antigos da economia brasileira, sendo reconhecida como um dos responsáveis pelo início do processo de industrialização em diversos países, assim como ocorrido no processo Brasil. Em 1949 o setor respondia por 20% do Produto Industrial, liderando, junto com o setor de alimentos, a indústria de transformação brasileira. Entretanto, com ganho de espaço da indústria química e de metal-mecânico, o setor têxtil perdeu parte de sua relevância, passando a responder por 11% do Produto Industrial, no ano de 1966 (SEBRAE-SP & IPT, 2001).

A situação do setor não melhorou nos anos que seguiram⁸, e em 1990 esta indústria representava 2,9% do PIB e 10% do PIB da indústria de transformação. Após a abertura comercial estes números baixaram para 1,4% e 6,4%, respectivamente (Carta Têxtil, 1997). O principal motivo desta queda se deu pelo fato do setor ter se desenvolvido no Brasil através da internalização de suas atividades produtivas, ou seja, focando num mercado que pouco competia com produtos importados. Isto levou o setor a ter baixo índice de produtividade e baixo investimento em tecnologias de ponta. Gorini (2001) aponta algumas mudanças econômicas pela qual o setor passou neste período:

“Paralelamente, a indústria têxtil, incluindo fiação, tecelagem, malharia e acabamento, encolheu em número de unidades industriais (declínio acumulado de 25% entre 1990 e 1999) e empregos (declínio acumulado de 67% no mesmo período). Em contraste, o número de confecções aumentou em 13% (taxa acumulada), passando a gerar menos empregos (declínio acumulado de 9% no período considerado). Esses números indicam, por um lado, a grande concentração produtiva da indústria têxtil, a qual ficou mais intensiva em capital, e, por outro, a maior pulverização das confecções, com aumento provável da informalidade.”

⁸ No início da década de 70 existia uma elevada ociosidade e alto índice de obsolescência no parque fabril, notadamente na fiação e tecelagem de algodão. No período de 72 a 74, durante o governo de Emílio Médici foram feitos um dos maiores ciclos de investimento no setor nas últimas décadas, graças ao I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1974), trazendo uma expressiva modernização para o setor. Entretanto, devido ao choque do petróleo em 73, e à recessão que o sucedeu em 74, o setor enfrentou fortes crises posteriormente. Números do IBGE mostram que de 1970 a 1975 houve uma redução do número de estabelecimentos e do pessoal empregado no setor têxtil.

Para melhor compreender os diversos interesses existentes que influenciam a indústria têxtil e que tornam este setor produtivo tão peculiar, se faz necessário entender como se dão as etapas de sua cadeia e quais os demais setores envolvidos na produção.

4.1 A Heterogeneidade da Cadeia Produtiva Têxtil

A cadeia produtiva têxtil brasileira é composta, basicamente, pela existência de cinco segmentos (FIGURA 1) e caracteriza-se pela descontinuidade entre suas partes. Esta descontinuidade se dá pelo fato de que, embora a cadeia produtiva deste setor seja constituída por etapas sequenciais, existem empresas que se dediquem exclusivamente a cada uma delas.

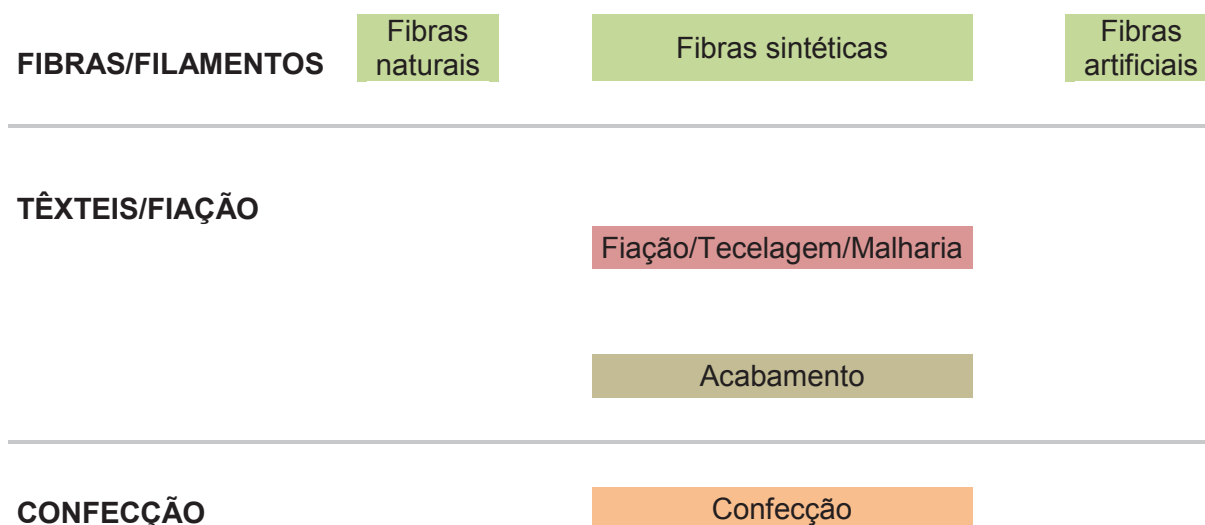


FIGURA 1 – CONFIGURAÇÃO DA CADEIA TÊXTEL

Fonte: Autoria própria

O ponto de partida desta cadeia compreende a produção e o beneficiamento do insumo básico, a fibra. A matéria-prima fibra é classificada em três segmentos diferentes, são eles: (i) as fibras naturais; (ii) as fibras artificiais e (iii) as fibras sintéticas. O primeiro grupo, e mais importante no cenário brasileiro, é composto pelas fibras de algodão, seda, linho, lã e juta, o

segundo grupo compreende as fibras de viscose e acetato, e o terceiro grupo é composto pelas fibras de náilon, poliéster, Lycra e polipropileno.

No setor têxtil brasileiro, 70% da matéria-prima utilizada é fibra de algodão, 25% fibras artificiais e sintéticas e 5% de linho, seda e etc.⁹. Na década de 90 ocorreu uma diminuição na produção deste insumo e um rearranjo geográfico da produção por região. As regiões Nordeste, Sul e Sudeste sofreram uma redução, que foi equilibrada, em partes, por um crescimento na região Centro-Oeste. Mesmo com este balanceamento, enquanto no ano de 1990 eram produzidas 665,7 mil toneladas de algodão em plumas no Brasil, em 1997, a época mais crítica, esta produção representava menos de 50% do efetivado no início do século, chegando apenas a 305,9 mil toneladas¹⁰.

A segunda etapa corresponde à produção de fios na indústria da fiação, que corresponde à transformação da matéria-prima bruta. O Brasil possui um investimento alto neste segmento, com a existência de diversas empresas, desde as de maior porte, que produzem fios competitivos a nível internacional, até as de porte médio, cuja produção é direcionada ao mercado nacional e não se encontra apta a sobreviver diante de uma economia globalizada e com altos índices de competitividade. Isto se dá pelo fato da fabricação de fios requerer um significativo investimento de capital, pois na montagem de uma linha de produção são utilizados equipamentos que exigem uma escala de produção elevada, assim como pela rápida incorporação de novas tecnologias realizada por este segmento.

A tecelagem é a terceira etapa e a que corresponde ao grupo mais heterogêneo da cadeia produtiva. A produção de tecido pode ser atingida através de técnicas diferentes, sendo as principais a tecelagem, a malharia e a tecnologia dos não-tecidos. A tecelagem corresponde aos tecidos pesados, ao tecido de camisaria e ao tecido para decoração. O tecido pesado, composto por brins, confecção de jeans e roupa profissional, é classificado como uma commodity, e não comporta empresas de médio porte, devido ao mercado de extrema competição no qual se encontra inserido. A malharia já é um segmento

⁹ IEL – Instituto Euvaldo Lodi. Análise da Eficiência Econômica e da Competitividade da Cadeia Têxtil Brasileira. Brasília: IEL/CNA/SEBRAE, 2000.

¹⁰ EMERY, Márcio de Moraes. O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

que apresenta muitas empresas de pequeno porte, empresas independentes e faccionistas.

Após a tecelagem os tecidos passam por um processo que confere as propriedades específicas ao produto, tendo esta etapa um grande peso na competitividade do material no mercado. Dentre as operações efetuadas encontram-se os tratamentos físicos e químicos, como o tingimento das peças, a lavagem e a estamparia.

A última etapa da cadeia produtiva é a confecção, segmento heterogêneo e de elevado grau de atômidade¹¹. Dados apontam que 83% das empresas do setor de confecção estão voltadas para a confecção de vestuário, e correspondem a 80% da mão-de-obra empregada na cadeia têxtil. As pequenas e médias empresas dominam esta etapa, respectivamente 70% e 27% do total de empresas atuantes, fazendo com que as de grande porte correspondam a apenas 3% do restante. O segmento de confecção demanda uma grande especialização para o atendimento das diversas demandas, que por serem demasiadamente particulares acaba sendo desinteressante para as empresas de grande porte, que por não serem tão flexíveis quanto as de pequeno porte, acabam por favorecerem este último grupo.

Devido ao fato de empregar uma grande quantidade de mão-de-obra, o custo salarial é um importante diferencial competitivo para este setor, e foi o motivo pelo qual ocorreu a migração das indústrias têxteis para países que possuíam uma mão-de-obra mais barata.

De acordo com o Instituto de Estudos e Marketing Industrial – IEMI (2012), a cadeia têxtil pode ser classificada em três grandes segmentos, cada um com níveis distintos de escala. O primeiro segmento seria o que produz matérias-primas básicas, que alimentam a indústria do setor, fornecedor de fibras naturais e de fibras e filamentos químicos. O segundo segmento é o de manufaturados têxteis, composto pela tecelagem, malharia e beneficiamento de fios. E, por fim, do segmento de confecção, composto pelo vestuário, ou seja, bens acabados. Estes três segmentos se diferenciam pelo porte das empresas que os compõem, sendo o primeiro composto por empresas de

¹¹ IEL – Instituto Euvaldo Lodi. Análise da Eficiência Econômica e da Competitividade da Cadeia Têxtil Brasileira. Brasília: IEL/CNA/SEBRAE, 2000.

grande porte, a indústria têxtil por empresas de médio porte e a confecção por empresas de pequeno porte.

Pelas características da cadeia produtiva têxtil, dividida em segmentos cujas operações são desenvolvidas por empresas diferentes, se faz necessário o surgimento de polos industriais. No Brasil os três principais polos são: o da região Sudeste, e maior de todos, focado na região de Americana e composto pelas cidades de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara do Oeste e Sumaré; o segundo maior polo fica na região de Santa Catarina e é composto pelas cidades de Blumenau, Joinville e Brusque; e, em terceiro lugar, temos o da cidade de Fortaleza (CE), cujo complexo se desenvolve nos arredores do município.

Embora a abertura comercial tenha atingido toda a cadeia produtiva, a ABIT representava, na década de 90, principalmente o segundo segmento, correspondente ao beneficiamento de fibras, tecelagem, malharia e fiação¹². Os pleitos realizados pela entidade concentram-se basicamente em dois tipos: medidas protecionistas e medidas para modernização das industriais nacionais. Embora participantes da mesma cadeia produtiva, encontramos situações em que os interesses são conflituosos, principalmente quando se trata da produção de algodão pelos setores agropecuários e a importação deste pelos setores industriais assim como dá importação de produtos de confecção, assunto este que abordaremos no capítulo 4.

Diante da explanação do contexto produtivo em que o setor industrial têxtil se encontra inserido, assim como da realidade econômica, se faz necessário compreender o contexto de surgimento da entidade aqui analisada.

4.2 Histórico e Estrutura da Entidade

A história da ABIT encontra-se diretamente ligada com a trajetória do SINDITÊXTEL-SP. O Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, fundado no dia 16 de março de 1932, foi uma das primeiras entidades oficiais adaptadas à legislação sindical decretada por

¹² O segmento de confecção ingressou na Abit no final da década de 90, quando esta estava sob a presidência de Paulo Skaf, passando a entidade a se chamar Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

Getúlio Vargas. Desde seu surgimento, o sindicato apresentou figuras notáveis em sua presidência, seu primeiro presidente foi Paulo Álvaro de Assumpção, que esteve à frente da entidade de 1932 a 1935. Assumpção foi também presidente da FIESP, presidindo a entidade de 1934 a 1936¹³. O segundo presidente do SINDITÊXTIL-SP foi Fábio da Silva Prado, de 1936 a 1937, que, paralelamente à sua atuação no sindicato, era também prefeito da cidade de São Paulo, no período de 1934 a 1938¹⁴.

O segmento industrial têxtil era o setor com maior representatividade, econômica e politicamente, no começo do século XX, de forma que foi o responsável pelas primeiras entidades de representação da indústria brasileira¹⁵. Esta organização corporativa da indústria se deu pelas inúmeras greves de trabalhadores e pela luta por medidas protecionistas. (LEOPOLDI, 2000)

O SINDITÊXTIL-SP já foi considerado uma das mais importantes organizações de classe na indústria têxtil, sendo o segundo sindicato mais importante do país o Sindicato da indústria de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro (SITERJ) (GOMES, 1998). Entretanto, a ação do SINDITÊXTIL-SP levou ao surgimento de duas associações privadas de importância fundamental para a articulação dos interesses setoriais a nível nacional, são elas: (i) Conselho Nacional da Indústria Têxtil (CNIT) e a ABIT. O CNIT foi formado em 1967 visando congregar os empresários do setor e formular e definir um posicionamento em consenso. O CNIT funcionava através de reuniões periódicas em que lideranças sindicais do setor têxtil se reuniam para tomar decisões e definir consensos e estratégias de ação. O conselho não possuía espaço físico e funcionários próprios, funcionando, de certa forma, como um primeiro embrião do que viria a ser a ABIT.

¹³ O CIESP se tornou FIESP após o decreto 24.694 de 1934 que diminuía os requisitos para a oficialização das entidades, alterando o número de empresas necessárias para a constituição de sindicato de trinta para um mínimo de cinco, que fossem legalmente registradas, ou, na inexistência de empresas na localidade, dez sócios individuais.

¹⁴<http://www.sinditextilsp.org.br/>

¹⁵ O Centro Industrial Têxtil (CIB), criado em 1904, foi a primeira entidade de caráter permanente dos industriais organizada sem interferência estatal e resultou da fusão do Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro (1902-1904) e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN (1827-1904). EM 19019 temos o surgimento do Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro (CIFTA-RJ) e do Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT-SP). O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) foi criado em 1928 e teve como primeiro presidente Francisco Matarazzo, dono de um dos maiores complexos industriais, que compreendia o setor têxtil, de óleo vegetal e de trigo.

A história da ABIT tem início no ano de 1957. Nesta data foi fundada a Associação Têxtil do Estado de São Paulo (ATESP) com o principal objetivo de proteger o patrimônio do SINDITÊXTIL-SP, devido a um receio de possível intervenção do Estado no sindicato. Como apontado anteriormente, a estratégia do empresariado de manter as duas entidades, oficiais e não oficiais, foi amplamente utilizada, pois assim poderiam desfrutar dos benefícios de possuir uma entidade registrada, que possuía determinadas competências únicas, mas mesmo assim manter sua autonomia de organização e ação, através da independência das associações privadas (LEOPOLDI, 2000).

Dessa forma, o embrião do que viria a ser a entidade de representação a nível nacional da indústria têxtil surgiu como uma estratégia de proteção do patrimônio pelas pelo SINDITÊXTIL-SP, tendo em seus quadros empresários que procuravam defender os pleitos dos industriais têxteis paulistas. Esta ação a nível estadual começa a ganhar novos horizontes no final dos anos 80, quando se faz necessário o surgimento de uma entidade setorial que tivesse representatividade a nível nacional. Um dos motivos foi a crise pela qual o setor passou na década de 70 que fez com que perdesse em boa parte sua importância na participação da economia nacional.

De forma que, com a nova constituição, e a abertura comercial que estava prevista de acontecer em breve, a ATESP deliberou em assembleia extraordinária no dia 13 de abril de 1989 a mudança da designação, para Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT, assim como de um novo estatuto, visando a inclusão de um maior número de cargos. Nas palavras da entidade

“a intenção da Diretoria, com tais modificações é a de estabelecer uma maior abrangência da Entidade, agora a nível federal, proporcionando não só a inclusão de novos elementos para colaborar nas decisões e serviços prestados, como aglutinar empresas em torno da Entidade, de todos os quadrantes do País, como sócios contribuintes, num esforço de constante coalizão das forças produtivas” (Carta Têxtil nº 1.344 de 20/04/1989).

O intuito era ter em seu quadro empresas que fizessem parte dos principais polos têxteis do Brasil e das principais empresas do setor, fazendo

assim com que o SINDITÊXTIL-SP, adquirisse um caráter oficial de representação atuação a nível federal.

No dia 19 de agosto de 1989 foi empossada a primeira diretoria da ABIT (ANEXO I)¹⁶. Embora a grande maioria da diretoria seja do estado de São Paulo, vemos empresários de peso e importantes representantes da indústria têxtil de outras regiões. Edgar Julius Barboza Arp era o presidente do SITERJ; Ivan Rodrigues Bezerra era presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado do Ceará (SINDITÊXTIL-CE); Henrique Augusto Milagre era Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS); Eduardo Catharino Gordilho do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado da Bahia (SINDITÊXTIL-BA); Ulrich Kuhn presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau (Sintex) e Antonio Carlos Brito Maciel foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) de 1980 a 1983¹⁷.

Luiz Américo Medeiros foi um importante representante dos interesses do setor industrial têxtil paulista. Entrou no ramo têxtil como vendedor, chegando a diretor do Lanifício Inglês, empresa familiar, que mais tarde seria ampliada e passaria a denominar-se Lanifício Anglo Americano S.A¹⁸. Em sua trajetória sindical, em 1967 foi eleito presidente do SINDITÊXTIL-SP, ficando no cargo até 1998, foi também presidente do CNIT, durante da ATESP e foi presidente da ABIT durante três mandados consecutivos, de 1989 a 1998. Medeiros atuava também na FIESP e na CNI, tendo sido, durante a presidência de Mario Amato na FIESP (1986-1992), 3º Vice-presidente da entidade no triênio de 1989 a 1992.

Em seu Estatuto Social, encontramos como principais objetivos, que dizem respeito à ação e representação política: (i) representar e defender, em âmbito nacional e internacional, em todas as esferas administrativas, judiciárias legislativas e civis, os interesses da cadeia têxtil e de confecção brasileira, e; (ii) colaborar com as autoridades governamentais no estudo e solução dos problemas que se relacionem à cadeia têxtil e de confecção.

¹⁶ Acrescentamos também as diretorias das duas eleições seguintes.

¹⁷ Temos também a figura de Paulo Antonio Skaf, na época industrial têxtil, que ganhou grande projeção nacional, assumindo a presidência da ABIT em 1998, se reelegendo em 2001, e assumindo a presidência da FIESP em 2004.

¹⁸<http://www.sinditextilsp.org.br/>

A estrutura administrativa interna da entidade é, de certa forma, simples, sendo composta por uma Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê Executivo. A administração da Associação cabe ao Conselho de Administração, composto por 50 membros titulares eleitos, e dentre as diversas atribuições deste órgão, encontra-se a de estabelecer as diretrizes fundamentais e política geral da Associação, estabelecer relações com entidades nacionais e estaduais representativas do setor e nomear um superintendente, que atuará na execução das operações da Associação, sob orientação do Conselho, cabendo a ele dirigir e administrar os negócios sociais da Associação de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho, praticando todos os atos necessários e convenientes, supervisionar a execução das medidas e dos planos de trabalho assim como supervisionar as atividades financeiras e administrativas, responsabilizando-se pela arrecadação e de todas as rendas. A escolha do presidente se dá por eleições, assim como o funcionamento para escolha de presidência de outras entidades, com formação de chapa e votação¹⁹.

Além das ações de defesa de interesses, a associação oferece uma série de benefícios coletivos a seus associados, buscando justificar a sua existência através de serviços diferentes dos encontrados nos sindicatos²⁰. Muitas das atividades desenvolvidas visam reduzir o custo das informações para seus associados, sendo assim, dentre os serviços existentes temos: oportunidade de negócios, cursos de qualificação, departamento jurídico, acompanhamento da realidade econômica do setor, estudos e proposições de questões tributárias, explicações de atos do governo e de projetos no legislativo, publicações periódicas como revistas e boletins, realização de eventos do setor, etc.²¹.

4.3 A Situação do Setor Pré-Abertura Comercial

Os anos 80 trouxeram profundas mudanças no cenário político-econômico brasileiro. A crise econômica e política resultante do agravamento

¹⁹ Embora no período analisado tenha ocorrido a formação de chapas opositoras

²⁰ Entrevista com a Gerente de Relacionamentos da ABIT Liberta Tunks

²¹ <http://www.abit.org.br/>

da dívida econômica externa e do fim do regime autoritário fizeram com que o empresariado têxtil precisasse lidar com problemas internos e externos, marcados pela instabilidade econômica e pelas dificuldades de competição a nível internacional. (GOMES, 1998)

O segundo choque do petróleo fez com que o Brasil fosse levado a uma escalada inflacionária, tendo adotado uma política de focar esforços na estabilização do crescimento econômico ao invés de priorizar o pagamento da dívida (CARDOSO, 1991). Buscando contornar este cenário de taxas declinantes de crescimento e aumento da inflação, o governo impôs uma desvalorização de 30% da moeda brasileira, em troca de uma redução gradual dos subsídios para exportação. O aumento da inflação e da dívida externa foram crises gêmeas que ocorreram simultaneamente, não tendo uma causado a outra²². Como apontado por Gomes (1998), SINDITEXTIL-SP apoiou esta nova política de incentivo à exportação, embora o setor viesse apresentando perda de competitividade internacional devido aos baixos investimentos dos próprios empresários em pesquisas e tecnologia, pela alta inflação e pelos altos custos da matéria-prima.

Ciente das dificuldades em que o setor se encontrava, Delfim Neto, então Ministro do Planejamento, realizou uma reunião com o presidente do SINDITEXTIL-SP, Luiz Américo Medeiros, para definir as medidas necessárias a fim de elevar as exportações do setor para US\$ 1 bilhão. Diversos foram os fatores que impediram a consecução deste objetivo, como as crises econômicas que levaram a uma diminuição do número de compradores estrangeiros, a morosidade do parque fabril e o elevado preço da matéria-prima. O elevado preço da matéria-prima, apontado por Medeiros, é um conflito recorrente entre as classes produtores. Os produtores de algodão criticam a importação do produto, enquanto as indústrias de fiação e tecelagem incentivam esta medida diante da dificuldade dos produtores de dar conta da demanda interna. Este conflito de interesses é resultado da heterogeneidade da cadeia produtiva têxtil, na qual cada uma das etapas, apesar de subsequente, é desempenhada por uma empresa.

²² Os problemas trazidos por estas crises só seriam resolvidos em 1994.

O SINDITEXTIL-SP, buscando apoiar as empresas exportadoras e se desvencilhar da prática comum de requisitar subsídios ao governo, criou o Bureau de Fomento às Exportações da Indústria têxtil. Sua atuação se dava através da disponibilização de informações relacionadas à exportação em todos os seus aspectos, assim como, de procedimentos para venda no exterior e de um modelo de contato direto com importadores. Esta iniciativa durou pouco mais de três anos tendo pouco impacto no cenário de exportações, pelo fato dos serviços oferecidos já serem realizados pelo sindicato e pela Carteira de Comércio Exterior²³. (GOMES, 1998)

Sem conseguir o aumento esperado das exportações, em 1983 temos a introdução de um novo subsídio há muito tempo pleiteado pela indústria, o drawback verde e amarelo. Esta medida estendia os incentivos para a exportação à matéria-prima local usada nas vendas externas. Após esta nova iniciativa ocorre uma estabilização e aumento no número de exportações, principalmente em 1984, embora o empresariado continue reclamando dos altos juros, inflação e controle de preços.

Em 1985 temos o fim do regime autoritário, e com ele, uma reivindicação por políticas econômicas que trouxessem estabilização econômica e crescimento econômicos com bases mais sólidas. Como apontado por Bresser e Diniz (2009) o Brasil já havia alcançado um patamar de desenvolvimento econômico em que a substituição direta e a participação direta do Estado na formação de poupança e indústria não se faziam mais necessárias. Entretanto, este primeiro governo democrático aplicou programas que trouxeram grandes impactos negativos para o setor industrial, distorcendo profundamente as políticas nacional-desenvolvimentistas que até então orientavam as políticas econômicas, que tiveram resultados desastrosos e culminaram com a hiperinflação de 1990 (BRESSER & DINIZ, 2009).

O Plano Cruzado, implementado em 1986, fundamentava-se no congelamento de preços e salários e criação de uma nova moeda. Este congelamento acarretou em graves problemas para o setor têxtil devido ao

²³Eramos principais órgãos de decisão, controle e administração do comércio exterior brasileiro, o Banco Central do Brasil – BACEN; a Carteira de Comércio Exterior –CACEX do Banco do Brasil S.A; o Conselho de Política Aduaneira – CPA; o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI e a Secretaria da Receita Federal– SRF. Estas instituições eram vinculadas a um único Ministério, o da Fazenda. Com a extinção da CACEX, da CPA e do CDI, em 1990, suas funções executoras se transferiram para o então Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento – MEFP.

enorme aumento de demanda que o plano trouxe, o que acarretou na falta de matéria-prima e no aumento de preços. O aumento da renda da população cresceu de forma intensa com o fim do imposto inflacionário, isto fez com que a demanda que havia sido reprimida nos anos de alta inflação se elevasse e, conseqüentemente, com que houvesse uma redução nas exportações diante e uma reorientação do foco das empresas para o mercado nacional (BRESSER-PEREIRA, 1991).

O CNIT se posicionou contrariamente ao congelamento de preços praticado pelo governo, manifestando-se através de ofícios encaminhados ao secretário adjunto para preços industriais do Conselho Interministerial de Preços (CIP), João Maia, e reproduzidos ao Ministro da Fazenda Dílson Funaro e ao secretário executivo da Secretaria especial de Abastecimento e Preços, José Carlos Braga. Os motivos principais alegados foram a instabilidade dos custos da matéria-prima, que chegavam a uma variação de 50% em determinados produtos, e o prolongado tempo de ciclo da cadeia têxtil²⁴, que durava em torno de 90 dias, podendo em certos casos chegar a 180 dias.

O congelamento de preços foi precedido pelo aumento do preço de alguns produtos nacionais, como o praticado pelo setor petroquímico, produtor de fiação artificial, que aumentou o preço de seus produtos exatamente um dia antes do anúncio do congelamento em 25%, com a autorização do Conselho interministerial de Preços. Em junho de 1987, os industriais têxteis, através de suas entidades de representação setorial, SINDITEXTIL-SP, ATESP e CNIT, publicaram nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* um comunicado que informava a respeito dos telex enviados ao Ministro da Fazenda, Luz Carlos Bresser-Pereira, da Agricultura, Irines Rezende, e ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Gal. Roberto França Domingues, demonstrando sua insatisfação com tal medida, visto que impactaria sobremaneira o setor têxtil, praticamente o inviabilizando, além de ameaçar a eficácia do Planos Cruzado. Solicitaram, portanto, a revogação imediata desses aumentos, assim como a redução do preço do algodão e seu congelamento²⁵. Os resultados obtidos foram pouco eficazes, o aumento para

²⁴ Carta Têxtil, 02/04/1987

²⁵ Carta Têxtil, 19/07/1987

as fibras artificiais para as fibras artificiais reduziu de 25% para 18%, enquanto o preço do algodão continuou a subir.

O aumento de demanda do mercado interno levou o empresariado industrial têxtil a se preocupar com o atraso tecnológico de seu parque fabril, visto que mal conseguiam atender o mercado nacional mesmo com a redução da prática de exportação. Esta preocupação, aliada à inexistência de estudos a respeito da realidade econômica do setor industrial têxtil, fez com que a CNIT convocasse os industriais a realizar uma análise do setor, para através do levantamento de dados para conhecer sua real situação econômica e tecnológica, pudessem propor soluções visando a modernização das fábricas e o aumento de produtividade. Este estudo resultou na publicação chamada “Estudos para a Automação, Modernização, Desenvolvimento Tecnológico e Ampliação da Indústria Têxtil Brasileira até o Ano 2000”, conhecida como “Plano 2000”. Não apenas com o intuito de modernizar tecnologicamente, o plano possuía metas objetivas, como dobrar as exportações e ampliar a participação dos produtores de têxteis acabados. A elaboração do plano contou com a participação de diversos representantes da indústria têxtil e de confecção, assim como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Centro Tecnológico da Indústria Química e Têxtil do SENAI.

O trabalho era dividido em três capítulos: (i) Expansão da Indústria Têxtil até o Ano 2000; (ii) Diretrizes para um Programa de Atualização Tecnológica da Indústria Têxtil e de Confecção e (iii) Recomendações às Autoridades Brasileiras. Os investimentos previstos pelo plano somavam o total de US\$ 6,6 bilhões, sendo US\$ 2,6 bilhões para a compra de máquinas nacionais e o restante para máquinas importadas. Entretanto, o setor da indústria de bens de capital se opôs a esta proposta, sendo contrário a isenção de impostos na importação de máquinas para o setor têxtil. Apesar da mobilização e unificação do setor de fiação e tecelagem e do de acabados, o Plano 2000 nunca foi implementado e o amplo estudo da realidade do setor acabou subaproveitado²⁶.

²⁶ Textilia, 21/06/2006

Em 1988, o governo desenvolveu um novo projeto visando modernizar a indústria nacional e aumentar a participação no mercado internacional, denominado “Nova Política Industrial”²⁷. Esta iniciativa tinha como base o desenvolvimento de planos setoriais integrados, defendendo a bandeira de que a competitividade se forma ao longo de toda a cadeia produtiva. Para que os projetos desenvolvidos recebessem incentivos fiscais eles teriam que se enquadrar dentro dos Programas Setoriais Integrados (PSI's), segundo os critérios do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). O setor industrial têxtil já encontrava adiantado neste processo graças ao estudo que já havia realizado e tinha resultado no “Plano 2000”, isso fez com que fosse o primeiro setor a formular uma proposta e a apresentá-la ao PSI. Embora se aproveitasse de estudos anteriores, este programa apresentou a participação de representantes das diversas etapas da cadeia produtiva têxtil – CNIT, o Sindicato da Indústria de Maquinas, a Associação Brasileira dos produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas, entre outras entidades. Outra característica deste projeto foi a internacionalização, baseada na busca de incentivos e subsídios para que as indústrias da cadeia produtiva fossem integradas no mercado competitivo mundial, estando no mesmo patamar das empresas estrangeiras. A modernização se daria através de redução de impostos para importação de máquinas sem similar nacional e incentivando a produção de máquinas tecnologicamente atualizadas²⁸.

Sendo assim, o projeto previa a redução temporal das alíquotas do imposto de importação incidente sobre produtos têxteis, iniciando em 1990 com impostos a 50%, 65% e 85%, para os principais produtos - fio, tecidos e confecções respectivamente, e no final do programa, em 1995, chegariam a 20%, 30% e 40%. Embora este programa não tenha sido instalado, alguns resultados deste trabalho podem ser vistos nas portarias expedidas pela Comissão Política Aduaneira – CPA, que reduziu em 10% a alíquota de imposto para máquinas têxteis sem similar nacional²⁹, assim como no convênio assinado pela ABIT com a Associação Brasileira de Maquinas (ABIMAQ), para a modernização e desenvolvimento tecnológico de máquinas e equipamentos

²⁷ Composta pelos Decreto-Lei nº 2.433/88, Decreto-Lei nº 2.434/88 e Decreto-Lei nº 2.435

²⁸ Carta Têxtil, 15/12/1988

²⁹ Carta Têxtil, 17/08/1989

do setor têxtil. Esta modernização se daria através da abertura de uma linha de crédito junto ao BANESPA para o desenvolvimento e modernização do maquinário têxtil nacional.

Já na esfera política, em 1987 houve o retorno das discussões a respeito do “Pacto Social” (DINIZ & BOSCHI, 1992). Este pacto corresponderia a um acordo tripartite entre governo, empresários e trabalhadores, visando o desenvolvimento econômico brasileiro após o fim do regime autoritário. Embora o nome traga o enfoque para uma característica social, o pacto tratava mais especificamente de uma política de rendimentos, que objetivava controlar a inflação e conciliar o pleno-emprego com razoável estabilidade de preços³⁰. O empresariado têxtil, assim como os demais industriais de peso, tais como Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau e Abílio Diniz, se posicionou favorável ao pacto, publicando no dia 8 de dezembro de 1988 seu pleno apoio, assim como, definindo medidas de suma importância para o pleno desenvolvimento da nação³¹. Embora tenham apoiado o pacto, o posicionamento da indústria já trazia as diretrizes por eles esperadas deste acordo, como o combate à inflação, repúdio à expansão estatal e busca da estabilidade econômica. O pacto social não obteve êxito justamente pela incapacidade de lograr consenso entre os três grupos articuladores (DINIZ & BOSCHI, 1992).

A primeira eleição presidencial democrática foi um ponto marcante na definição dos rumos econômicos e políticos que o Brasil tomaria na década de 90. A percepção do empresariado têxtil com relação à importância do momento se faz presente no artigo publicado na Carta Têxtil em março de 1989. A possibilidade de a sociedade participar da política é ressaltada, assim como a necessidade de uma ação conjunta do empresariado:

“No que respeita ao empresariado, entendemos que a sua responsabilidade em participar ganha em importância, especialmente se considerarmos que não há qualquer outra alternativa válida para atingir o desenvolvimento político, social e econômico senão a do fortalecimento da livre empresa e da democracia pura. É chegado, em verdade, o momento de união das forças produtivas que, lamentavelmente, ao longo dos anos, apenas se tem empenhado no trabalho, no oferecer empregos e produzir riquezas, atentar para o risco do seu imobilismo no campo político.” (Carta Têxtil 20/04/1989)

³⁰ Jornal do Brasil, jan/87

³¹ Carta Têxtil, 08/12/1988

O próprio empresariado demonstra estar ciente de sua dificuldade de articulação enquanto um ator homogêneo. Esta característica foi fortalecida pela forma como se dava o relacionamento estado-empresariado no regime autoritário. Durante a ditadura (1964-1984), o sistema corporativo oficial sofre um duro golpe em sua autonomia devido à subordinação ao Estado das entidades sindicais, o que levou a um aumento do poder das associações setoriais (DINIZ & BOSCHI, 1999). Outro desdobramento desta situação é o aumento das vias informais de lobby, que acarretaram em uma segmentação na defesa de interesses. Este período, foi assim, representado por uma departamentalização da ação empresarial, fazendo com que o empresariado conseguisse diversos incentivos setoriais, porém aumentando a fragmentação na busca por benefícios particulares. De acordo com Diniz & Boschi (1999) houve uma privatização do aparelho do Estado, devido à influência das associações setoriais nas agências governamentais.

Esta apatia do empresariado com as decisões políticas ganha peso à medida que não encontramos nas publicações e discursos analisados menção alguma à constituinte de 88. Assim como, vemos poucas interferências dos representantes do Poder Legislativo e do Presidente nas políticas econômicas adotadas. Graça & Aguiar (1993), apontam para uma ausência dos políticos na formulação da política industrial durante o governo de José Sarney (1985-1995), ficando estas decisões focadas nas mãos dos ministros da fazenda e da indústria e dos empresários, que agiram através dos canais existentes no Estado.

Para Leopoldi (2000), houve uma completa reestruturação do sistema de representação após a década de 80, principalmente por dois motivos, a crise econômica e as reformas políticas presentes na Constituição de 88. A CNI não conseguiu sintetizar as divergentes posições do empresariado industrial processo político e econômico, e o governo buscou atender os interesses corporativos através de políticas industriais setoriais (LEOPOLDI, 2000).

Através do acima exposto podemos ter uma idéia do contexto econômico do qual o setor industrial vinha no início do processo de abertura comercial. Vemos que é um setor cujo foco encontrava-se voltado para atender as demandas internas que, devido ao aumento ocorrido, fizeram com que as

perspectivas de aumento de exportação fossem deixadas em segundo plano. Apesar das iniciativas visando modernizar o setor, poucas foram as medidas que realmente foram implementadas e auxiliaram neste sentido. A principal dificuldade do setor industrial estava na heterogeneidade de sua cadeia produtiva e na instabilidade econômica que o país apresentava, que dificultava a elaboração de uma política de que promovesse o desenvolvimento tecnológico do setor para torná-lo competitivo a nível do mercado internacional. Os dados apresentados apontam também para indícios de que o setor industrial têxtil pouco se envolveu em processos que buscassem trazer mudanças no arranjo político-institucional que foi construído nesse período. Temos praticamente nenhuma menção à constituinte, e nenhum posicionamento com relação a apoio a figuras políticas, pelo menos nos meios oficiais de comunicação. Com relação às eleições de 1989, houve apenas uma nota na *Carta Têxtil* atentando para a importância das primeiras eleições democráticas pós-regime autoritário, porém não chega a sugerir posicionamentos por candidatos.

Temos também uma alteração fundamental na política industrial, com a implementação das cadeias produtivas. Nestes espaços, a forma de relação interna dos empresários e o relacionamento destes com o poder público muda, enquanto antes os empresários levavam suas demandas diretamente ao Governo, agora, são obrigados a interagir entre si e a buscar soluções para seus conflitos por meio do diálogo, não mais apenas levando suas demandas particulares para que os tomadores de decisão lidem com os conflitos de interesses setoriais.

Em suma, na década de 80, temos um setor que não possuía uma entidade oficial de representação de interesses de abrangência nacional, ficando o posicionamento da indústria têxtil definido através das reuniões do CNIT. Com a constituição de 88 e as mudanças estabelecidas no sistema de representação de interesses (DINIZ & BOSCHI, 2004; LEOPOLDI, 2000), temos a criação da ABIT, uma associação privada com o intuito de defender os interesses do segmento. Além do mais, participaram dos programas desenvolvidos pelo governo, almejando a modernização do parque fabril através da compra de novo maquinário e benefícios fiscais para fazer com que o setor se tornasse competitivo a nível mundial, coisa que não o era até então

devido à pouca concorrência com empresas estrangeiras e a sua produção focada para a demanda interna.

5. A ABIT EM DEFESA DO SETOR INDUSTRIAL TÊXTIL

A implementação de políticas liberais e da abertura comercial iniciadas em 88 foi aprofundada no início dos anos 90. O posicionamento da indústria têxtil no começo da década pode ser exemplificado no discurso do presidente do SINDITEXTIL-SP e ABIT Luiz Américo Medeiros, pronunciado no final de 1990:

“Estamos prontos para enfrentar uma abertura das importações, vista como um instrumento de política de longo prazo e, portanto, ancorada numa relação adequada entre tarifas e taxas de câmbio. Não se pode negligenciar, porém, um contingenciamento quantitativo das importações, como ocorre em todos os países do chamado primeiro mundo. A modernização tecnológica do setor passa pela abertura de linhas de financiamento, inclusive externas, de longo prazo, que tornem os custos das novas imobilizações compatível com os padrões internacionais. Passa igualmente, pela redução ou eliminação dos impostos, especialmente IPI e ICMS, que oneram a importação, de sorte a tornar o valor dos investimentos em maquinaria equivalente aos que se fazem no resto do mundo” (Carta Têxtil, 14/12/1990)

As tecelagens e fiações nacionais eram, portanto, favoráveis a uma abertura comercial realizada de forma gradual com incentivos à modernização da indústria nacional. Entretanto como veremos adiante, não foi bem assim que o governo procedeu. A indústria têxtil – fiação, tecelagem, malharia e acabamento – encolheu em 25% o número de empresas, apresentando um declínio no número de empregados de 67%, embora a produção tenha crescido moderadamente (produção de fios 10%, tecidos planos 3% e malhas 30%), já o setor de confecção aumentou em 13%, e cresceu à taxa acumulada de 84%, apesar de ter gerado menos empregos (declínio de 9%). Os dados acima apontam para uma maior concentração produtiva da indústria têxtil, ficando mais intensiva em capital, e uma maior pulverização das confecções, levando também ao aumento do comércio informal (MONTEIRO & CORRÊA, 2002). Estes dados apontam para uma reestruturação das indústrias nacionais com vistas a se adaptarem ao cenário econômico derivado do aumento de competitividade.

Visando definir qual o padrão de ação política da ABIT no período estudado iremos analisar três casos diferentes, que irão ajudar na elucidação do comportamento e funcionamento da entidade. São eles: (i) sua participação

nas Câmaras Setoriais e tentativa de influenciar nas políticas de importação de algodão; (ii) O controle de preços do setor têxtil e; (iii) o combate ao dumping. Estes três casos nos mostram como se dava o relacionamento entre as empresas associadas à entidade, entre as entidades de representação de interesse de setores da mesma cadeia produtiva e entre o setor privado e público.

5.1 Conflitos Dentro da Cadeia Produtiva Têxtil

Com a eleição de Collor deu-se início dois processos para solucionar os problemas econômicos nacionais, por um lado buscou-se aumentar o grau de centralização administrativa, através da extinção da CDI e dos diversos conselhos e comissões destinadas a tomar decisões relacionadas à produção industrial (RUA, 1992); por outro, houve um incentivo para a exportação e importação de materiais, dado inicialmente através da criação de três programas, são eles: o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), cujo principal objetivo era melhorar a articulação entre o governo, a indústria e o setor de desenvolvimento científico, assim como conscientizar os empresários de métodos modernos de gestão e infraestrutura tecnológica; o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria Brasileira (PACTI), que previa um aumento do PIB destinado à ciência e tecnologia e incentivos fiscais para a modernização tecnológica da indústria; e o Programa Competitivo Industrial (PCI), que buscava estimular a competitividade estrutural, empresarial e setorial. O setor industrial têxtil participou de todos estes programas através da associação, levando os seus pleitos pelos canais formais propiciados pelo governo. A sua participação como representante do setor foi ressaltada diversas vezes na Carta Têxtil.

O principal programa para a elaboração de políticas setoriais ocorreu em 1991, com a criação de Câmaras Setoriais, que seriam uma nova forma de negociação focando a construção de diretrizes coordenadas entre representantes do estado e da iniciativa privada. Estas câmaras funcionariam como o lócus de definição de políticas setoriais industriais e possuiriam como princípios centrais a melhora da qualidade e o aumento da competitividade.

Reuniam assim representantes empresariais, sindicais e do governo, buscando resolver os problemas econômicos do setor produtivo através da formulação de políticas de forma cooperativa, unindo todos os elos da cadeia. O grande diferencial destas câmaras foi que o governo passou a deixar na mão dos empresários e das entidades a negociação, não sendo mais ele o responsável por atender aos pedidos, fazendo, portanto, com que as divergências fossem tratadas pelos elos contrários. A Câmara Setorial Têxtil possuía uma divergência de opiniões, tendo de um lado a Associação Brasileira da Indústria de Vestuário e Confecções (ABRAVEST) e do outro a ABIT, que divergiam a respeito do cronograma de reduções progressivas das alíquotas de importação. Enquanto o setor industrial têxtil era contrário à última etapa da redução, prevista para 1 de julho de 1993, por acreditar que levaria a um aumento da concorrência de tecidos importados, a ABRAVEST, representante das confecções, era favorável à implementação desta última etapa (DINIZ, 1993). A ABIT criticava a representatividade da ABRAVEST, pelo fato de representar apenas as grandes empresas do segmento, o que não passava de 5% do total de empregadores. Outro setor que encontrou dificuldades na elaboração de uma política setorial foi o setor eletroeletrônico, devido à elevada pulverização de interesses dentro da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), que representava desde a linha branca, até os eletrodomésticos portáteis e a indústria eletrônica, ou seja, era representativa porém muito abrangente, o que fazia com que as decisões fossem guiadas pelos conflitos internos da entidade (Diniz, 2003).

A indústria automobilística foi um dos setores mais ágeis na formulação de uma proposta consensual³², justamente por ser um setor oligopolizado e concentrado, possuindo interesses conflituosos em seu interior em menor intensidade, o que facilitava a garantia de que os acordos seriam cumpridos. Os empresários acreditavam que as câmaras setoriais eram apenas um método paliativo do governo para resolver o problema da economia nacional, pois o que realmente acreditavam ser necessário era uma política macroeconômica, e como o governo não se era capaz de realizar tal medida,

³²Em 1992 assinaram o primeiro acordo, e em 1993 foi ampliado, conjugando a redução da carga fiscal sobre os automóveis, a manutenção do nível de emprego e reestruturação do setor, chamado de “Acordo das Montadoras”

desenvolveu os acordos setoriais para que as entidades mais organizadas buscassem o desenvolvimento dos setores.

Em 12 de dezembro de 1991 temos outro indicio dos interesses conflituosos entre o setor industrial de tecidos e o de confecção. A ABRAVEST enviou um documento à Secretaria Nacional de Economia solicitando uma maior redução das alíquotas do imposto de importação, alegando que em outros países as alíquotas eram ainda inferiores à praticada no Brasil.³³ A resposta da ABIT se deu através de uma nota em sua publicação interna e um ofício enviado à Secretaria, dizendo que as alíquotas eram maiores no Brasil, porém os países que eram grandes importadores possuíam outras formas de proteger a indústria nacional, como as cotas de importação, e não apenas a redução das alíquotas.

Como veremos adiante, os desentendimentos entre estes dois segmentos da cadeia produtiva têxtil a respeito das políticas de abertura comercial perdurou, chegando a um consenso apenas quando o próprio setor de confecção começou a ser prejudicado pelo aumento da importação de roupas e roupas de cama, por volta de 1995. Estes relatos levantam um ponto que merece ser destacado, o choque de gestão por parte do governo Collor. Embora num primeiro momento tenha fechado diversos canais de comunicação com o setor privado, cria as câmaras setoriais. Estas câmaras seriam os espaços de dialogo para a solução de conflitos, de forma que não existe uma falta de conversa por parte do governo, mas sim, a forma como este debate e a elaboração de política se deu assumiu uma forma diferenciada.

Temos outro desentendimento recorrente na década de 90 que se deu entre o setor agrícola produtor de matéria prima e a indústria têxtil de produção de fiação e malharias. O preço do algodão foi um assunto recorrente dentro da ABIT na década de 90, principalmente pelo conflito de interesses entre a entidade e o setor agrícola. A indústria têxtil pleiteava a diminuição da taxaço dos impostos de importação deste produto, entretanto os agricultores eram contrários, por diminuir os preços dos produtos estrangeiros. A ABIT sugeriu uma série de medidas que o governo deveria tomar as respeito deste problema, tais como, o incentivo aos produtores nacionais para utilização de

³³ Carta Têxtil, 10/12/1991

sementes mais eficientes e a diminuição dos impostos de importação para o algodão. Este foi um dos pleitos em que se obteve sucesso, visto que o governo abaixou o preço das taxas de importação, entretanto não se pode aferir esta medida à ação da ABIT, visto que fazia parte da política de abertura comercial do estado.

A produção de algodão apresentou queda em 1993, teve ligeira recuperação até 1995, entretanto caiu em 1996 e atingiu o seu ponto mais baixo em 1997, voltando a crescer a partir de 1998. O consumo industrial de algodão em pluma, em 1996, era de 900 mil toneladas/ano, enquanto que em 1985 chegou a 960 mil toneladas (MONTEIRO & CORRÊA, 2002). Devido à falta de oferta interna, a indústria nacional passou a comprar do mercado externo cerca de 50% de suas necessidades. Este era o motivo pelo qual a indústria têxtil defendia a existência de subsídios para a importação da matéria-prima, enquanto a agricultura criticava tais medidas junto ao governo federal. Tendo em vista este conflito, o Ministério da Agricultura formou uma mesa de negociação com representantes do governo, empresários e produtores de algodão para sanar os conflitos de interesse³⁴. A proposta do governo foi comprar no mercado nacional 40% do consumo, ou seja, quase toda a produção do país, desde que houvesse equilíbrio entre preço e qualidade nacional e internacional, além de linhas de crédito de prazos longos para financiar a compra à vista do produto nacional. O setor industrial têxtil apoiou a proposta do governo, visto que ia de acordo com seus interesses e por acreditar que seria uma das únicas medidas capazes de permitir uma retomada da oferta nacional de algodão sem inibir o setor de fiação. Entretanto, não foi possível chegar a um consenso, sendo a desunião da cadeia produtiva têxtil apontada, mais uma vez, a apesar dos esforços desempenhados por parte do governo, como a responsável por não se chegar a um acordo.

5.2 O Controle de Preços

Embora exista uma dificuldade na articulação de um programa homogêneo dentro da cadeia produtiva, em 1991 temos um caso em que o

³⁴Carta Têxtil, 28/02/1996

setor industrial têxtil logrou articular internamente um documento-compromisso entre as indústrias, liderados pela ABIT, visando, nas palavras dos empresários, “colaborar com o Governo no incessante combate contra a inflação” (Carta Têxtil, 17/10/1991). O comprometimento viria na forma de um reajuste voluntário nos preços de seus produtos, dos meses de outubro a dezembro, através de um redutor de até 25% da inflação. Este documento foi assinado por 35 empresas que representavam aproximadamente 80% das produções de têxteis de fiação e malharia, por trás deste objetivo de auxiliar o governo na estabilização econômica, o principal objetivo era que esta ação sensibilizasse o estado e ele desistisse de reduzir as alíquotas de importação previstas para os produtos têxteis³⁵.

No dia 10 de outubro de 1991 foi realizada uma sessão solene com mais de 200 empresários e trabalhadores do setor para entregar em mãos o documento assinado à Secretaria Nacional de Economia, Dorothea Werneck, quem destacou o ineditismo do setor nesta iniciativa³⁶. Como resultado, a secretaria da economia assinou a Portaria n 973, de 16 de outubro de 1991, que liberava os produtos têxteis que ainda se encontravam sob regime de preços monitorado. Embora não tenha sido o resultado esperado pela entidade, a ação foi vista como um sucesso da articulação empresarial pelos empresários do setor³⁷.

A ação dos empresários do ramo têxtil foi amplamente divulgada na mídia (FIGURA 2), com o intuito de mostrar que os empresários buscavam cooperar com o governo, não eram contrários à abertura comercial mas precisavam ainda de medidas protecionistas.

³⁵Carta Têxtil, 25/09/1991

³⁶Carta Têxtil, 17/10/1991

³⁷ Carta Têxtil, 23/10/1991



FIGURA 2 – A UTILIZAÇÃO DE JORNAIS PELA ABIT
Fonte: Carta Têxtil, 17/10/1991

O fato de a entidade fazer com que 80% da força produtiva têxtil reduzisse voluntariamente o seus preços demonstra a capacidade da ABIT de fazer com que o setor industrial têxtil chegasse a um acordo comum, visando benefícios coletivos (DONER & SCHNEIDER, 2000). Ou seja, a associação consegue fazer com que seus associados tomem uma decisão que não tomariam por livre e espontânea vontade caso não houvesse a articulação e o entendimento de interesses através entidade, que arca com os custos de empreendedor político ao centralizar e operacionalizar esta ação.

Esta ação representa indícios de que nem sempre os empresários agem buscando *rent seeking* (OLSON, 1971) e que, em determinadas situações, é possível superar os conflitos internos (FGV, 2011) e estabelecer práticas coletivas que não visam apenas o interesse individual, mas que a longo prazo trarão melhoras para o setor num aspecto geral. Se os empresários assinaram

o documento é porque eles acreditaram que seria mais vantajoso fazer essa redução para combater a inflação do que permitir que a taxa sobre produtos têxteis importados elevada, entretanto o importante é que a garantia de que todos cumpririam com o combinado só seria possível com a existência de uma entidade forte que fosse capaz de representar os interesses de seus associados (DONER & SCHNEIDER, 2000), apenas assim seria possível tal ação do setor industrial têxtil.

5.3 A Pressão no Executivo em Defesa dos Interesses do Setor: O Combate ao Dumping³⁸

O ano de 1993 representou o início do agravamento da situação do empresariado industrial têxtil nacional. Com o impeachment do Presidente Collor, o empresariado têxtil tinha esperanças de que houvesse uma estabilização na economia, que se controlasse a inflação e, principalmente, que houvesse uma taxação dos produtos importados. As expectativas da indústria não foram atendidas, o que fez com que o número de importações aumentasse em mais de 110%, levando a balança comercial têxtil a 206.431.000,00 praticamente $\frac{1}{4}$ do valor que apresentou no ano anterior, que era 954.953.000,00 (MONTEIRO & CORRÊA, 2002).

A promessa do Governo Federal de conceder benefícios para modernizar o parque têxtil não aconteceu, embora o setor participasse de todos os programas e câmaras criadas pelo estado para elaborar estratégias e políticas setoriais para aumentar a competitividade da indústria nacional, elas não vinham apresentando os resultados suficientes para que o setor deixasse de sofrer com a abertura comercial. O aumento das importações fez com que surgissem as primeiras denúncias da prática de dumping pelos países asiáticos feitos contra indústria têxtil. Além disso, a antecipação da redução das alíquotas de importação do Plano Collor foi um duro golpe para o setor

³⁸ De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, “*dumping*, de uma forma geral, é a comercialização de produtos a preços abaixo do custo de produção. Por que alguém faria isso? Basicamente para eliminar a concorrência e conquistar uma fatia maior de mercado. A definição oficial desse termo, que ao pé da letra significa liquidação, está no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, das iniciais em inglês), documento que regula as relações comerciais internacionais”. (2006. Ano 3 . Edição 18 - 1/01/2006)

industrial que tratou por diversas vezes, sem sucesso, de conseguir um adiamento de tal medida. A ABIT encabeçou diante desta situação algumas ações, dentre elas: reuniões com o Ministro da Indústria e Comércio, reuniões com técnicos do governo, divulgação da situação do setor na Câmara Setorial Têxtil, reunião com parlamentares para expor a uma comissão de deputados a gravidade da situação do setor e até mesmo contratação por parte da entidade de uma empresa especializada para desenvolver um trabalho de salvaguarda da produção brasileira de têxteis, buscando ou provar a existência de *dumping* ou estabelecer quotas para países que estavam exportando em demasia³⁹.

90% dos produtos importados em 1993 eram provenientes da China, Taiwan, Hong Kong, Indonésia, Tailândia e Coréia, que apresentavam preços muito inferiores quando comparados aos produtos nacionais, e, de acordo com a ABIT, muito abaixo do praticado em seus próprios mercados locais⁴⁰. O setor propôs ao governo a redução das alíquotas para o setor têxtil até 1995 e a aplicação de cotas de importação, entretanto seus pedidos não foram atendidos e o programa de abertura inicial de Collor foi mantido. As importações de tecidos afetaram as tecelagens, tinturarias, estamparias e até fiações, enquanto o setor de confecções era favorável à importação de tecidos, alegando que o aumento das importações foi uma espécie de resposta contra o comportamento dos produtores têxteis nacionais que, durante a época da reserva de mercado protegido por altas tarifas de importação, praticavam preços nada competitivos no mercado nacional⁴¹.

A primeira ação efetiva da ABIT contra o *dumping* se deu em novembro do mesmo ano⁴², quando reuniu uma vasta documentação para comprovar a existência da prática de comércio predatório nas importações de fios de algodão do Paquistão e de tecidos sintéticos da Coréia e levou as provas às autoridades competentes. A acusação se baseou na relação causal da elevada participação das exportações originárias do Paquistão no total das importações brasileiras. Já ao se tratar dos tecidos artificiais e sintéticos, a alegação de *dumping* teve como base a comparação entre o valor praticado pelas indústrias coreanas no seu mercado doméstico com o preço praticado nas exportações

³⁹Carta Têxtil, 17/07/1993

⁴⁰Carta Têxtil, 17/07/1993

⁴¹Textilia, 01/07/1993

⁴²Carta Têxtil, 17/07/1993

para o Brasil. O governo respondeu prontamente ao pedido da ABIT e o Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Renato Marques, assinou duas circulares determinando a investigação desta acusação⁴³. Os empresários viram com bons olhos esta iniciativa e acreditaram ser o começo do fim de seus problemas, pois acreditavam que sendo comprovada a prática, o governo implementaria políticas visando proteger a indústria nacional.

Três meses após a abertura das investigações, a ABIT tem o primeiro resultado efetivo de suas denúncias, com a Portaria nº 50 assinada pelo então Presidente Itamar Franco. Com esta medida, o governo decidiu que os tecidos artificiais e sintéticos oriundo da Coréia do Sul deveriam ser sobretaxados em 34% durante os próximos meses, até o dia 5 de outubro. O setor têxtil atribui a celeridade do processo a uma reunião realizada com o Governador do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, com o Presidente da ABIT Luiz Américo Medeiros e diversos diretores da entidade no Palácio dos Bandeirantes⁴⁴.

Entretanto, os processos de análise de prática de dumping por parte do governo eram longos, e percorriam um caminho demasiadamente burocrático. A análise se dava da seguinte forma: O Departamento Técnico de Tarifas (DTT) apurava as acusações de dumping e os subsídios à dados, através desta constataçãocalculava o nível do prejuízo causado à indústria nacional. O parecer, acompanhado de uma posposta de medida, era encaminhado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que deveria enviar a documentação ao Ministério da Fazenda. Pelas regras, o ministério então deveria sancionar automaticamente as propostas, entretanto aumentava o tempo do processo enviando as medidas para análise de outros órgãos que faziam parte do Conselho Técnico Consultivo do DTT. Este processo dispersado e demorado era muito criticado pelos industriais, que apontavam a necessidade da centralização em apenas um órgão que possuísse poder decisório como uma forma de acelerar este processo, assim como a

⁴³Carta Têxtil, 25/11/1993

⁴⁴Carta Têxtil, 03/02/1994

necessidade de contratar mais funcionários e o envio de responsáveis por verificar as acusações para os países que praticavam o *dumping*⁴⁵.

O setor têxtil desfrutou pouco tempo do sucesso de seu pleito, pois em outubro de 1994 ocorreu a extinção da sobretaxação dos produtos coreanos⁴⁶. O governo alegou que não havia como se comprovar o dano causado à indústria têxtil pelos produtos da Coreia do Sul e por isso, não confirmou a acusação da prática de dumping, retirando as medidas protecionistas que havia estipulado. O setor têxtil disse que o governo estava sendo contraditório, pois há poucos meses atrás havia cedido aos interesses do setor e confirmado a prática de dumping, e pouco tempo depois mudou seu discurso, afirmando não ser possível tal comprovação. A ABIT apontou que o governo não tinha estrutura para analisar a acusação, e por essa falha do governo, a indústria nacional seria severamente atingida⁴⁷. Procurando não deixar a discussão perder relevância, foram realizadas visitas dos parlamentares à entidade e discursos proferidos pelos deputados e senadores no Congresso Nacional em defesa do setor⁴⁸.

Na segunda metade de 1994 ocorre a segunda inflexão na trajetória política do Brasil, o governo realiza uma das mais amplas e importantes medidas econômicas já feitas visando principalmente o controle da hiperinflação, o Plano Real. O Plano contou com o apoio irrestrito do Presidente Itamar Franco, que concedeu ao então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso toda a liberdade necessária para o sucesso do plano. O projeto foi um sucesso, estabilizando a economia e reduzindo a inflação, o que fez ajudar a fazer com que Fernando Henrique Cardoso fosse eleito presidente, em outubro do mesmo ano. O setor industrial têxtil se posicionou favoravelmente ao projeto, afirmando que a estabilidade dos negócios trazida foi fundamental para a sobrevivência da indústria nacional. Os principais pontos destacados por eles foram a transparência com qual o plano foi realizado e por ter sido feito sem ameaça à poupança popular.

A ABIT procurou agir junto às estruturas oficiais de representação de interesses também, participando do Grupo Permanente de Política Industrial -

⁴⁵Carta Têxtil, 19/09/1994

⁴⁶Carta Têxtil, 15/12/1994

⁴⁷Carta Têxtil, 15/12/1994

⁴⁸Carta Têxtil, 24/05/1994

GPPI da FIESP/CIESP, que liberou no final de 1994 um documento de 22 páginas analisando todos os aspectos da economia nacional⁴⁹. Através da constatação das diretrizes econômicas do governo, a entidade fez uma análise dos principais pontos que afetavam a indústria brasileira. Dessa forma, debate primeiramente os falsos dilemas de contrariedade do setor produtivo, que colocava a agricultura contra a indústria, a tecnologia tradicional contra a moderna, e etc., alegando que não existe um choque ou uma contradição entre eles, mas sim, uma convergência de interesses que uma vez identificados produzirão resultados positivos para o país. Com relação à abertura comercial, o posicionamento é o mesmo que vem sendo apontado desde o começo, favorável à abertura, mas uma necessidade de modernizar e proteger a indústria nacional até o ponto em que ela se encontre em equilíbrio de igualdade com o mercado internacional. Posiciona-se através do documento favoravelmente às privatizações, visando superar a burocracia que emperra a governança e o bom funcionamento da máquina pública. Por fim, trata das externalidades redutoras de custo de produção, que seriam as políticas sociais, de educação e saúde, os bens salariais, a infraestrutura e a tecnologia e, por fim, a propriedade intelectual. O documento aponta para a necessidade mínima de educação da população para que possam trabalhar em indústria e contribuir com o país.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso o Brasil passa por profundas mudanças no aparelho estatal e nas políticas econômicas, representadas pelas reformas orientadas para o mercado ao lado das reformas institucionais. Durante o seu primeiro mandato temos um conjunto de políticas voltadas para o desmonte da Era Vargas, ou seja, a desarticulação do padrão anterior de desenvolvimento, que levou a uma erosão do pacto corporativo que nos anos anteriores deu suporte à industrialização através das substituições de importação (DINIZ, 2003).

A sensibilização da opinião pública foi uma estratégia recorrente por parte do empresariado industrial na busca pela sobrevivência do setor. No ano de 1994 a ABIT iniciou uma grande ação de propaganda nos principais meios de comunicação, com o slogan “Tecido brasileiro, levante esta bandeira”, com

⁴⁹Carta Têxtil, 24/01/1995

o objetivo de informar e ganhar o apoio da opinião pública a respeito da contribuição que o setor trazia à economia do país e a respeito das principais dificuldades que o vinham enfrentando em face da abertura comercial desprotegida. Em março de 1994 a ABIT realizou uma reunião com o Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Élcio Álvares, para apresentar os pleitos do setor têxtil brasileiro, que resumem a agenda política de ação do setor neste período. Dentre eles, encontram-se em destaque a produção insuficiente de algodão para a demanda interna, o cuidado com a importação de produtos têxteis e a conclusão das investigações a respeito da prática de dumping pelo Paquistão, o estabelecimento de quotas de importação para outros países, financiamento para a modernização do parque têxtil e para o aumento das exportações. No mesmo mês, o Deputado Federal Oswaldo Stecca, fez um pronunciamento na Câmara dos Deputados a respeito das dificuldades pelas quais o setor vinha passando e da necessidade de proteger a indústria nacional contra a prática de dumping e o estabelecimento de quotas para importação⁵⁰.

No início de 1995 o presidente da ABIT esteve presente em diversos canais de televisão, como o TJ Brasil (SBT), Jornal da Cultura, Jornal da Manchete e Jornal da Globo, na rádio, falando para a Bandeirantes, e em jornais e revistas impressas, Folha de São Paulo, DCI, Gazeta Mercantil, Negócios e Oportunidades e Meio e Mensagem, para falar a respeito das importações⁵¹. Um dos principais temas debatidos tratou da preocupação do setor de confecções com as importações, que embora antes fosse favorável, agora se via ameaçado pelos preços dos produtos importados. Medeiros apontou que há tempos a indústria vinha alertando para o preço dos produtos importados e para a prática de dumping que vinha sendo realizado, esclarecendo que o setor industrial têxtil nunca foi contrário à abertura comercial, mas sim a uma abertura comercial com uma importação de produtos têxteis programada. A opinião pública demonstrava preocupação com o aumento dos preços, e a mudança de posicionamento do setor de confecções começou pelo fato das empresas brasileiras estarem passando a importar a

⁵⁰Carta Têxtil, 10/03/1994

⁵¹Carta Têxtil, 09/02/1994

roupa pronta, e não mais apenas tecidos como era feito no começo da década⁵².

A luta pela modernização tecnológica das fábricas, que como demonstramos vinha desde a década de 80, apresentou um sucesso em fevereiro de 1994, quando o setor industrial foi contemplado com um pleito que vinha a bastante tempo almejando. Trata-se da Portaria n 49 de 1995, que reduziu as alíquotas para importação de máquinas têxteis para zero até o próximo dia 30 de abril⁵³. Esta portaria foi muito comemorada pelo setor e ajudou a impulsionar os investimentos em maquinário.

Apesar dos incentivos concedidos pelo governo, o ano de 95 continuou com o declínio econômico do setor, apresentando pela primeira vez um saldo negativo na balança comercial (Tabela 1).

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1990	1.248	463	785
1991	1.382	569	813
1992	1.491	535	956
1993	1.382	1.175	207
1994	1.403	1.323	80
1995	1.441	2.286	-845

TABELA 1: BALANÇA COMERCIAL TÊXTIL 1990-1995 (US\$ MILHÕES)

Fonte: GORINI, 2000

O setor têxtil chegou á conclusão de que possui poucas informações da realidade econômica de sua situação, sendo assim, visando municiar o setor com informações sobre sua evolução mensal e anual, a ABIT firmou contrato com o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), visando prover o setor com dados para o delineamento de ações desde a produção até a venda do produto final⁵⁴.

⁵²Carta Têxtil, 09/02/1995

⁵³Carta Têxtil, 15/02/1995

⁵⁴Carta Têxtil, 20/05/1995

A pressão no Poder Executivo em 1995 se deu de uma maneira mais pró-ativa do que nos anos anteriores, apresentando estudos técnicos que demonstrassem a realidade do setor e proposições para solucionar os problemas em reuniões com os ministros da economia e demais técnicos do Governo Federal. No dia 19 de maio de 1995 a ABIT publicou a Carta Aberta ao Presidente da República nos dois principais jornais de São Paulo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, através do qual pleitearam ao Presidente Fernando Henrique Cardoso medidas de salvaguarda contra as importações predatórias provenientes de alguns países asiáticos. A carta foi assinada por 36 entidades oficiais e privadas de representação de interesse de todas as regiões do Brasil, nela o setor faz um breve resumo da trajetória do setor têxtil em sua batalha pela sobrevivência e competição com os produtos estrangeiros. Aponto seu posicionamento a respeito da abertura comercial, da sua participação com primeiro setor industrial a elaborar o PSI, a prática de rebaixas tarifárias num prazo de cinco anos, todas estas ações com a promessa por parte do governo de que haveria uma estabilização econômica, investimento no parque fabril, diminuição dos juros e controle da inflação. Com exceção desta última, nenhuma das outras medidas foram atingidas. Não obstante, o setor continuou investindo para modernizar as indústrias e sendo o primeiro setor em exportação. Destacou como a cadeia têxtil tem sido o setor mais atingido pela prática de comércio desleal dos tigres asiáticos, e de como o setor vem tentando comprovar, sem sucesso, a prática de dumping. Comentaram também, a reunião feita com a Ministra da Indústria e Comércio Dorothea Werneck, a quem relataram os dramas pelo qual o setor vem passado, e apesar da alegação de que o governo tomaria medidas urgentes para corrigir os graves problemas. Diante desta inatividade, o setor têxtil argumentou que não vinha sendo tratado com isonomia, visto que recentemente os setores automotivo, eletro-eletrônico e outros foram contemplados com medidas disciplinatórias de importações⁵⁵. A carta não propunha nenhuma sugestão para o Presidente, mas demandava que realizasse as medidas que ele achasse necessárias urgentemente.

Não foi apontado nenhum sucesso direto desta ação, embora dois pleitos tenham sido atendidos após a carta e uma reunião com a ministra, no primeiro deles, o governo federal determinou que a importação de produtos manufaturados de têxteis e confecções somente poderiam ser importados mediante pagamento a vista, eliminando assim os prazos de financiamento que vinham sendo praticados. A segunda foi a Portaria 201 de 1995 que elevou as alíquotas do imposto de importação para 70%, até 28/04/1996, para 10 itens tarifários de tecidos artificiais e sintéticos e três itens de confecções, abrangendo, portanto, 13 itens que tiveram maiores volumes de importações ultimamente⁵⁶. A lista posteriormente passou a contar com 17 itens e ficou conhecida como “Lista Dallari”. Tais medidas foram vistas como um resultado da constante atuação da ABIT junto aos poderes públicos em defesa dos interesses do setor.

Em março de 94, a ABIT recebeu em sua sede uma visita de parlamentares da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), tanto senadores quanto deputados. O principal objetivo da reunião era levar aos políticos a situação da indústria têxtil para fazer com que defendessem a causa do tecido nacional. As autoridades presentes se mostraram sensíveis aos apelos do setor e se comprometeram a levar as demandas à bancada do partido no Congresso Nacional, e a fazer encontros periódicos, para acompanhar de perto a evolução do setor e os problemas enfrentados⁵⁷.

Outra iniciativa realizada pela ABIT com o objetivo de dar peso às suas demandas se deu através da articulação junto aos parlamentares do estado de São Paulo da criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Têxtil Nacional. Depois de diversas reuniões, foi formada no dia 29 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Frente Parlamentar Suprapartidária em defesa do setor têxtil, com a participação de 30 deputados e cerca de 200 empresários. No dia 1 de junho numa segunda reunião realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, a frente se firmou em âmbito nacional, e passou a contar com o apoio e adesão de aproximadamente 200 parlamentares federais. O plano de aumentar a frente nacional foi acompanhado por uma série de reuniões da diretoria da ABIT com os ministros

⁵⁶Carta Têxtil, 06/08/1995

⁵⁷Carta Têxtil, 30/04/1995

Pedro Malan, Dorothea Werneck e José Serra, realizados com a presença e apoio do governador Mário Covas. O governador do estado de São Paulo apoiou veemente a causa do setor têxtil, tendo participado junto com os representantes da associação de diversas reuniões com ministros, recebido diversas vezes à diretoria da ABIT no seu gabinete e levado o pleito da entidade pessoalmente ao presidente⁵⁸.

A “Marcha para Brasília” representou uma das maiores mobilizações feitas pela indústria nacional têxtil pela sobrevivência do setor. No dia 9 de agosto o setor organizou, liderados pela ABIT, uma mobilização no Senado Federal da Frente Parlamentar Suprapartidária em Defesa do Setor Têxtil, com a participação de empresários, trabalhadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. A tônica da mobilização pode ser vista nesta fala de abertura de Luiz Américo Medeiros:

“Não viemos a este encontro para pedir. Viemos, dentro de nossas prerrogativas democráticas, apresentar às autoridades responsáveis pela condução deste País, o libelo de empresários e trabalhadores do setor têxtil nacional contra a indiferença e passividade com que essas autoridades vêm assistindo ao dramático desfalecimento de um dos mais importantes segmentos da economia brasileira.” (Carta Têxtil, 16/08/1995)

As principais reivindicações do setor foram sintetizadas na “Carta de Brasília”, entregue aos ministros da área econômica logo após a reunião do senado. Em suma, eram medidas emergenciais de médio e curto prazo que precisavam ser adotadas para evitar que as empresas nacionais continuassem fechando suas portas e, em consequência, agravando as demissões que vinham ocorrendo em toda a cadeia têxtil. Dentre as principais forças políticas que participaram da mesa diretora de trabalhos e discursaram, encontram-se: o ex-presidente José Sarney (então presidente do Congresso), Senadores Pedro Piva, Espiridião Amin e Eduardo Suplicy, os Deputados José Machado e Vanderley Macris, o presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, o presidente da Federação dos Trabalhadores Têxteis de São Paulo, Nivaldo Parmeiani, além de diversos senadores, deputados e presidentes de sindicatos. A Carta de Brasília, diferente da carta aberta ao presidente, trazia uma série de medidas

⁵⁸Carta Têxtil, 05/07/1995

que eram apontadas como fundamentais, entre as emergenciais encontravam-se:

- A elevação das tarifas de importação de tecidos e de confecções;
- A eliminação do prazo permitido para financiamento das importações de manufaturados têxteis e de confecções;
- Modificação do sistema de tributação das importações dos produtos classificados nos capítulos tocantes ao setor têxtil;
- Imposição de contingenciamento às importações danosas, e;
- Redução do “Custo Brasil” para estimular os investimentos.

Já entre as medidas de curto/médio prazo encontram-se:

- Criação na Secretaria de Política Industrial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo de um Conselho de Política Industrial para a Cadeia Têxtil;
- Instituição de linha de crédito para capital de giro e financiamentos todos investimento na modernização da Cadeia Têxtil;
- Criação de um fundo de seguro para garantir financiamentos às microse pequenas empresas;
- Isenção dos impostos incidentes na importação de máquinas e equipamento, e;
- Compensação total ou parcial do prejuízo verificado em um determinado período-base devido a pratica de dumping.

Tendo sido atendidas essas reivindicações, as empresas se comprometiam a investir 15 bilhões de dólares até o ano 2000, reduzir a idade média dos equipamentos instalados, implantar e operar sistema moderno de gestão de Qualidade e projetar e realizar programas de capacitação e qualificação de mão-de-obra⁵⁹. A Marcha para Brasília ganhou destaque, e mais uma vez o setor têxtil divulgou suas ações nos principais jornais do país.

⁵⁹Carta Têxtil, 16/08/1995

O ano de 1996 começou com a frustração do setor pela falta de resposta por parte do governo seis meses após os empresários e trabalhadores do setor terem realizado a “Marcha para Brasília”⁶⁰. No dia 31 de janeiro a ABIT, acompanhada de membros da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Têxtil, participou de uma audiência com a ministra Dorothea Werneck para analisar dois temas de suma importância para o setor: a importação de algodão e o sistema de valoração na importação de produtos têxteis⁶¹.

Devido ao insucesso de suas ações, representantes da Frente Parlamentar reuniram-se com a diretoria da ABIT no dia 28 de março de 1996, para definir quais as estratégias que seriam adotadas para a sobrevivência do setor diante da falta de ações do governo. Nesta reunião ficou decidida uma atuação mais firme da Frente Parlamentar junto ao governo, principalmente no âmbito do Ministério da Indústria, para que os 160 produtos têxteis, e 17 que se encontravam na “Lista Dallari”, fossem contemplados com alíquotas especiais de importações nas negociações do GATT e no âmbito do MERCOSUL⁶².

Embora a “Lista Dallari” tenha cumprido seu prazo sem a renovação solicitada pela associação, importantes conquistas foram conseguidas graças a este foco de ação da entidade no Ministério da Indústria, com o apoio da Frente Parlamentar. Algumas destas conquistas⁶³ são:

- O Acordo sobre Têxteis e Vestuário – ATV, disciplinado no âmbito da Organização Mundial do Comércio, que permitiu que se adotassem limites quantitativos às importações dos produtos quando houver a constatação de dano ou ameaça de dano à indústria nacional;
- A redução do prazo de pagamento para 30 dias as importações de tecidos sintéticos e artificiais, medida que ampliada para abarcar os produtos confeccionados, igualando assim as mesmas condições de compra no mercado interno;
- A implementação de mecanismo de referencial de preços e valoração aduaneira, com o objetivo de possibilitar a correta valoração aduaneira, a Secretária de Comércio Exterior estabeleceu preços indicativos

⁶⁰Carta Têxtil, 15/12/1996

⁶¹Carta Têxtil, 12/02/1996

⁶²Carta Têxtil, 10/04/1996

⁶³Carta Têxtil, 07/05/1996

para os produtos têxteis mais importando, e ao se encontrar preços na guia de importação inferiores àqueles indicados, a SRF é automaticamente avisada para que possa realizar a correta arrecadação no produto importado, e;

- A fiscalização sobre o atendimento de requisitos técnicos, tendo o INMETRO passado a atuar na verificação da conformidade relativa de acordo com os regulamentos técnicos estabelecidos para os produtos têxteis imediatamente após o desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas.

Apesar destes sucessos, o setor já havia sido profundamente atingido pela abertura desprotegida do mercado, tendo o seu número de empregados caído de 1,08 milhão em 1989 para cerca de 450 mil e fechou o ano de 1995 com apenas 370 mil.

Após 4 anos de luta, no dia 1º de junho de 1996, o setor têxtil conseguiu duas importantes conquistas em sua batalha contra a alegada prática de dumping praticado pelos países asiáticos, tido por eles como frutos da “Marcha para Brasília” e das constantes reuniões com membros do ministério e parlamentares. A primeira delas foi a Portaria Interministerial nº 7 de 23 de maio, na qual o governo passou a aplicar cotas para a importação de tecidos artificiais e sintéticos e confecções procedentes de Taiwan, China, Hong Kong, Coréia e Panamá⁶⁴. As cotas seriam aplicadas por um período de três anos sobre seis categorias de produtos, podendo ser ampliadas anualmente até 6% do volume inicialmente fixado. A segunda foi a implementação de um programa de financiamento pelo BNDES durante muito tempo solicitado pela ABIT, que previa facilitar os investimentos com capital de giro associado, exportação, máquinas e equipamentos nacionais ou importados, fiança, aval, entre outros, representou um resultado da ação que a entidade vinha desenvolvendo em defesa dos interesses de seus associados⁶⁵.

Algumas das dificuldades de elaboração de medidas econômicas se deram pela necessidade de um maior diálogo entre o público e o privado, fator este que ficou evidente nas falas de duas entidades do governo. Primeiramente o Ministro de Relações Exteriores apontou que, embora a entidade mantivesse um diálogo intenso com o Itamarati, lamentou que o setor não tivesse sido

⁶⁴Carta Têxtil, 03/06/1996

⁶⁵Carta Têxtil, 05/07/1996

consultado em algumas negociações internacionais, principalmente nas relacionadas ao MERCOSUL representantes do setor. O segundo foi na reunião realizada com o presidente do INMETRO Wilson Barbosa na sede da ABIT, na qual ele relatou a necessidade de uma maior cooperação entre o setor privado com os órgãos públicos e anunciaram um acordo entre as entidades produtivas e o instituto para tornar mais eficientes os mecanismos de fiscalização e controle de maneira a evitar fraudes e assegurar a concorrência saudável, citando também as medidas que o INMETRO estaria implementando para a consecução deste objetivo⁶⁶.

Em 1997 a balança comercial do setor têxtil atingiu seu pior índice, tendo seu saldo chegado a -1.149 US\$ milhões, e representou o ano em que o setor industrial têxtil atingiu seu ponto mais crítico. Nas palavras do presidente da ABIT:

“1997 foi um ano difícil, particularmente para o setor têxtil. O número de empresas obrigadas a fechar as portas e, conseqüentemente, a elevação do índice de trabalhadores dispensados foram fatores oriundos da política restritiva do Governo Federal, dos altos encargos tributários e, também, da entrada indiscriminada de produtos estrangeiros – muitas vezes até mesmo de maneira ilegal” (Carta Têxtil, 24/12/1997)

Na fala de Medeiros podemos identificar o descontentamento do setor com a forma como o governo desenvolvia seus trabalhos. Das 4.584 empresas do setor existentes em 1992, 770 haviam fechado até 1997, a mão de obra contratada havia passado de 2.109.453 para menos da metade, 1.100.000. Enquanto isso, no mesmo período, as importações aumentaram de 545.830.000 US\$ para 2.307.873 US\$, valor este semelhante aos investimentos feitos pelo setor industrial têxtil na modernização de suas fábricas, enquanto em 1992 este investimento era de 569.433.000 US\$, em 1996 este valor foi de 2.000.000.000 US\$⁶⁷. A ABIT foi novamente ao governo federal para demonstrar a situação crítica na qual o setor se encontrava, liderando uma comitiva de empresários, a associação realizou uma audiência com o ministro da Fazenda Pedro Malan, e o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho, para exigir que tomassem enérgicas providências, a fim de evitar a prática desleal de entrada de têxteis e

⁶⁶ Carta Têxtil, 31/06/1996

⁶⁷ Carta Têxtil, 04/09/1997

de confecções no país, combatendo o contrabando, o subfaturamento e o dumping⁶⁸. Neste encontro sugeriram que todos os desembarques de produtos têxteis passassem pela fiscalização da Alfândega, para verificar as irregularidades. Sugeriram também que as alíquotas de manufaturados e confecções fosse elevadas para o limite de 35% permitido pela OMC, e que se retornasse pelos menos os principais “ex-tarifários” eliminados recentemente para importação de bens de capital, e que se fosse aplicado o Código de Valoração Aduaneira, que já se encontra regulamentado, porém não era aplicado. A resposta do ministro Pedro Malan foi de que o assunto seria tratado com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para as providências a serem adotadas, já o ministro Clóvis Carvalho se comprometeu a levar o assunto pessoalmente ao presidente Fernando Henrique Cardoso⁶⁹.

A partir de 1998 o setor industrial têxtil começa a apontar para uma melhora. O saldo da balança comercial da cadeia produtiva, embora ainda continue negativa, apresenta uma leve melhora passando de -1.149 US\$ milhões, em 1997, para -810US\$ milhões. Houve também um processo de reestruturação interna da ABIT, Paulo Skaf, até então vice-presidente da entidade, articula sua candidatura à associação e ao sindicato conciliando uma chapa única, e tirando da presidência Medeiros que se encontrava à frente da entidade desde seu surgimento e a 28 anos presidente do SINDITÊXTIL-SP.

No combate da ABIT a prática de dumping vemos que desde 1993 a entidade buscou fazer com que o governo tomasse alguma providência para proteger o mercado nacional. Para tal, realizou reuniões com ministros, deputados e senadores, elaborou estudos e até mesmo realizou mobilizações no Congresso Nacional para pressionar o Executivo a tomar alguma providência. A demora do poder público em implementar medidas efetivas resultou numa grande defasagem deste segmento econômico, mesmo com a tentativa de sensibilizar o governo de diversas formas, chegando até mesmo a utilizar os meios jurídicos.

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ Carta Têxtil, 04/09/1997

6. CONCLUSÕES

A proposta do presente trabalho era verificar os padrões de ação política da Associação Brasileira da Indústria Têxtil diante das políticas de abertura comercial na década de 90 e, assim, verificarmos a mudança na política industrial nacional decorrida de tais acontecimentos. Mais do que um relato da atuação do empresariado industrial têxtil, a pesquisa aponta como a década de 90 representou um momento de transição da indústria nacional, passando de micro, pequenas e médias empresas para empresas de grande capital. Ocorreu, portanto, um profundo processo de reestruturação do capital brasileiro, verificado através do grande fechamento de indústrias que não conseguiram competir com a abertura comercial e um fortalecimento das grandes empresas que se adaptaram ao cenário de alta competitividade.

Como dito no início do texto, o empresariado é um grupo extremamente heterogêneo e de interesses muitas vezes conflitivos. Diferem em seus produtos, tamanho, serviços ofertados, localização e público alvo, principalmente, o sistema capitalista faz com que eles sejam concorrentes entre si, pois para que consigam ser bem sucedidas precisam ter um lucro elevado e para ter um lucro elevado precisam ser competitivos. Ainda assim, a literatura que trata da ação política dos industriais brasileiros aponta situações em que se fez necessário e possível a superação deste “fosso intransponível” que separa as empresas, a competição de mercado (BIANCHI, 2007). Temos, como exemplo, os casos da Agenda Legislativa da Indústria, elaborada pela CNI (MANCUSO, 2004), e da criação da CEB (MANCUSO & OLIVEIRA, 2006), que surgiram como resposta à abertura comercial e que fez com que o empresariado superasse suas divergências e buscasse criar um posicionamento homogêneo. A presente pesquisa mostra que, a nível setorial, a prática de *dumping* fez com que a indústria têxtil deixasse de lado seus conflitos internos e agisse através de sua entidade privada visando um mesmo propósito, a proteção da produção de fios e tecidos nacionais.

As peculiaridades do sistema corporativo brasileiro são tidas por alguns autores como o principal fator que incita a busca de incentivos particulares por parte dos empresários junto às autoridades, e isto faria com que o desempenho político deste grupo fosse fraco. Entretanto, outro grupo de autores aponta que

o sistema corporativo, que permitem a coexistência de entidades ditas oficiais e não oficiais, acaba por aumentar o número de canais existentes de acesso à mesa de decisão. Mais do que um empecilho para a ação organizada é uma característica que define as formas de organização, e da qual o empresariado soube utilizar-se de acordo com sua necessidade. Não encontramos na presente pesquisa um conflito direto entre entidades semicorporativas e semioficiais, visto que as federações e confederações pouco se pronunciaram nestes debates, o que encontramos são conflitos setoriais devido ao tipo de demandas feitas. E, até certo ponto, a contraposição entre os tipos de entidade é ultrapassada, visto que ocorre uma circulação de lideranças e os cargos são ocupadas pelos mesmos representantes em ambas as entidades.

A natureza do pleito em questão influencia diretamente a forma como a entidade irá agir, assim como qual entidade se empenhará. Quanto maior o número de atingidos por determinada política, maior o número de interesses e conflitos que desperta. Um pleito que beneficie apenas um setor em prol de outros irá fazer com que entidades que representam um grande número de setores, como as Federações Industriais, se mantenham neutras sobre o tema, cabendo assim às entidades privadas de representação realizar o lobby, quando tal ação encontra-se além do alcance dos sindicatos. De forma que conhecer a agenda da entidade e o funcionamento de sua cadeia produtiva são fundamentais para compreender como se efetua sua ação política.

Ainda que identificadas a entidade a ser estudada e o pleito por ela almejado, outro problema que se coloca é identificar a influência do autor da definição da política em questão. Existe um grande debate na literatura a respeito da dificuldade de verificar o peso que cada parte teve para influenciar na agenda pública. Os tipos de indicadores utilizados e a baixa utilização de formas de medir o lobby objetivamente ajudam a tornar este dilema mais complexo. O presente trabalho não procurou superar tal problema, na medida em que não desenvolve uma metodologia que supere esta lacuna da literatura, mas, cientes das dificuldades, tomamos os cuidados cabíveis para não ter a ação realizada influenciada pela percepção dos atores.

Ao analisarmos a formação da cadeia produtiva têxtil podemos verificar quais suas características e quais os setores produtivos envolvidos e como se dá o seu relacionamento. Vemos assim que é uma cadeia muito heterogênea,

e ao invés de concentrar em uma única empresa todo o processo de produção, divide cada uma das etapas entre diversas empresas. Isto leva ao surgimento de polos têxteis, regiões que concentram os setores necessários para a produção do material. Vemos também que é um setor que emprega uma grande mão-de-obra e que é composto, na sua grande maioria, por micro e pequenas empresas.

As mudanças institucionais trazidas pela Constituição de 88 e a necessidade de uma entidade que representasse o setor industrial têxtil a nível nacional levou ao surgimento da ABIT. Já as políticas econômicas adotadas impactaram negativamente as empresas deste ramo, levando muitas ao fechamento. Isto se deu pelo fato do setor industrial têxtil possuir um parque fabril ultrapassado e direcionado para a produção interna, não preparado portanto para os níveis de competitividade que se fizeram presentes no período que precedeu a abertura comercial. Ao estudarmos quais foram os principais temas da agenda da entidade de 1987 a 1997 que ajudariam a verificar sua mobilização encontramos três: o controle de preços, a disputa sobre o preço do algodão e o combate ao dumping.

O controle de preços consistiu num amplo acordo das empresas do setor e demonstrou que a entidade possuía coesão interna, ou seja, tinha força para fazer com que a maioria de seus membros realizasse uma ação que provavelmente não o fariam caso não fosse a articulação da entidade. A entidade arcou com os custos políticos e era a quem garantia de que tal medida seria seguida por todos. Neste item já encontramos alguns dados que dão indício de como se realizaria a ação política da ABIT neste período. Utilizando-nos dos tipos de ações políticas possíveis apresentadas por Mancuso (2007), temos: a elaboração de estudos internos, para medir o impacto que o controle traria para o setor; a articulação entre as empresas para afirmar que todos seguiriam o acordo; a elaboração de um documento; contato direto com autoridades pública através do evento para o lançamento deste documento com a presença da Ministra da Fazenda em cargo e, por fim; a divulgação do ato do empresariado em diversos jornais, buscando influenciar a opinião pública mostrando como o setor estava “ajudando” no combate à inflação, assim como do posicionamento da Ministra referente ao documento.

Em sua atuação nas Câmaras Setoriais e em situações de conflito com outros setores internos, vemos que, assim como na década de 80, o setor têxtil continuou participando dos espaços de formulação política ofertados pelo setor público. Em diversos programas e grupos de discussão o setor se fez presente, e não foi diferente no caso da elaboração de políticas setoriais. Os conflitos com o setor produtor de algodão e de confecção visavam, em sua grande parte, a busca por reduzir a taxaço do algodão ou manter a proteço na importação de produtos manufaturados. Em ambos os casos, devido à natureza do pleito, o espaço de conflito foi o Executivo. Mais uma vez vemos a articulação da entidade buscando pressionar o Executivo, utilizando-se de estudos, para fortalecer o seu ponto. Ofícios encaminhados aos ministros, reuniões com as autoridades e apresentação de sugestões foram algumas das metodologias utilizadas.

Em um estudo desenvolvido por Diniz (2003) sobre o resultado das câmaras setoriais, um dos indícios encontrados é o de que alguns setores, como Câmara Setorial Têxtil, não obtiveram tanto êxito quanto o setor automobilístico na elaboração de um acordo setorial, de acordo com os próprios integrantes e representantes das associações, justamente impossibilidade de surgimento de um consenso devido à alta heterogeneidade e incapacidade de consenso dentro das cadeias produtivas dos setores. A heterogeneidade da cadeia produtiva têxtil como apresentada acima é um dos principais empecilhos na formulação da política setorial, e que acabou por influenciar na forma como se dava a ação política da entidade junto às autoridades. Quanto maior o conflito de interesses, maior a dificuldade de se aprovar determinado pleito, ainda mais quando os interesses são contrários ao do governo.

Dentre os estudos de caso analisados, o mais rico e que mais contribuiu para a definição dos padrões de ação política é o que visa analisar o combate ao dumping ao fim das medidas protecionistas. Isto se dá pelo alto impacto que tais acontecimentos tiveram sobre o setor, alterando sua configuração drasticamente.

Desde o início da abertura de mercado o posicionamento da ABIT era consistente, queriam que houvesse a abertura, sim, porém com um amplo investimento na modernização das fábricas e sem a retirada da taxaço de

produtos importados. O investimento para modernização se deu através de um programa do BNDES que só veio a ser colocado em prática em 1997, já a diminuição do imposto sobre produto importado não só foi mantido, como antecipado. A entidade teve um breve sucesso, quando apresentou seus estudos que indicavam a prática de dumping e o Executivo realizou a taxaço de produtos oriundos da Ásia, entretanto logo em seguida o governo disse não ser possível afirmar tais alegações e logo retirou o bloqueio a tais produtos. A ação da entidade se deu, assim como em casos anterior, através da elaboração de estudos interno do impacto econômico de tais medidas, contato com ministros através de ofícios e reuniões, divulgação da situação do setor através dos principais jornais da época, divulgação do posicionamento do setor e das autoridades públicos e pressão no Poder Legislativo.

A entidade apresentou uma ação política preponderantemente vertical, ou seja, as articulações junto às autoridades políticas, os contatos diretos e o posicionamento da associação são todos desenvolvidos pelo presidente Luiz Américo Medeiros, embora em seu estatuto esteja prevista a votação para a determinação de diversas atividades, orçamentárias e estratégicas.

O trabalho feito pela entidade junto ao Poder Legislativo tem que ser ressaltado por trazer algumas considerações importantes ao tratarmos de padrões de ação política. Embora esta esfera pública tenha adquirido maior importância após a constituição de 88, o Executivo ainda detém um grande poder de legislar em diversos temas. Dessa forma, as relações com os parlamentares, tanto nos níveis estadual e federal, visavam desde o lobby clássico até à pressão sobre o Executivo. Foram realizadas diversas reuniões com deputados e senadores para estudar soluções ou medidas que deveriam ser tomadas para voltar a fortalecer a indústria, embora os pleitos almejados pela ABIT tivessem como objetivo questões que eram de competência do Executivo. Devido à natureza da demanda e à importância que o Congresso Nacional ganhou na década de 90 o legislativo foi utilizado como forme de pressionar o poder Executivo a ouvir as solicitações da indústria têxtil. Esta pressão se dava com o pronunciamento de Senadores e Deputados Federais na tribuna de suas respectivas casas, destacando a drástica situação do setor têxtil diante das supostas práticas de dumping, e a complacência do governo com esta ação. Internamente, estes discursos eram publicados na Carta Têxtil

e em jornais, para influenciar também a opinião pública. A mobilização junto aos parlamentares fez com que a ABIT conseguisse criar uma coalizão com sindicatos, empregadores, trabalhadores e parlamentares que resultou na criação da Frente Parlamentar para defender os interesses do setor. Em suma, o Legislativo foi um importante espaço de ação, enquanto pressão no Poder Executivo. Já que a entidade não conseguia ter suas demandas atendidas por conta própria, buscaram o apoio dos parlamentares para dar notoriedade à sua causa.

A utilização de mídia impressa e participação em jornais foi também uma estratégia de pressão política utilizada diversas vezes pela entidade. O contato era feito de forma a sensibilizar a mídia da realidade em que o setor industrial têxtil se encontrava, com o objetivo de buscar o apoio da população para pressionar as autoridades políticas.

Outro ponto que corrobora com os indícios de ação política focada no Poder Executivo é a grande quantidade de audiências públicas, ofícios enviados e reuniões agendadas com os ministros. Sendo eles as maiores autoridades abaixo do Presidente destinadas a tratar de suas áreas específicas, grande parte do lobby realizado pela ABIT era direcionado aos ministérios.

A elaboração da Carta ao Presidente e da Carta aos Ministros, resultantes da Marcha Para Brasília, representaram situações de grande articulação política. A mobilização feita com o intuito de conseguir que o Executivo tomasse medidas o quanto antes através da elaboração de um documento com reivindicações para o Presidente e Ministros, representou a maior mobilização feita, capitaneada pela entidade, e o ponto alto da atuação do setor. O evento foi amplamente divulgado em jornais nacionais visando alertar para o retrocesso em que a indústria têxtil se encontrava e à indiferença do Governo. O fato de presidente e dos ministros não terem dado nenhuma resposta publicamente diante de tamanha mobilização deixou os empresários perplexos pelas atitudes do governo. O fato de não se tratar de um setor fundamental da economia pode ser um dos motivos que acarretaram na demora das ações por parte do governo.

Há também relatos de ações Jurídicas impetradas pelos empresários, sendo o judiciário é o caminho recorrido quando as negociações junto aos

poderes Legislativo e Executivo não resultam como o esperado. A presente pesquisa não tem por escopo tratar das ações jurídicas realizadas pelo empresariado, porém acredita que está é uma interessante área que merece maiores estudos para uma compreensão e visão mais abrangente de como o setor privado age no público na definição de políticas.

Possíveis ações dos empresários na defesa de seus interesses	Ações realizadas pela ABIT no combate ao dumping
Contato direto com os tomadores de decisões ou seus assessores. Esses contatos podem ocorrer em situações formais ou informais (almoços, jantares, festas, etc.).	Sim
Contato indireto com os tomadores de decisões por meio de cartas, abaixo-assinados, mensagens eletrônicas, etc.	Sim
Presença oficial em organismos diretamente envolvidos no processo decisório (comissões, grupos de trabalho, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, etc.).	Sim
Elaboração e publicação de documentos que apresentam e justificam as reivindicações do empresariado	Sim
Redação e apresentação de projetos	Não
Participação em audiências públicas	Sim
Campanhas de telefonema e envio de correspondência aos tomadores de decisões	Sim
Divulgação de demandas empresariais por meio da mídia	Sim
Divulgação pública da posição assumida pelos tomadores de decisões diante das demandas empresariais	Sim
Formação de coalizões	Sim
Contratação temporária de indivíduos ou firmas especializadas em defesa de interesses	Não
Promoção de protestos e manifestações	Sim

QUADRO 3 – AÇÕES POLÍTICAS DESENVOLVIDAS PELA ABIT

Fonte: Autoria própria

O quadro acima mostra que o industrial têxtil articulou diferentes estratégias para defender seu setor econômico, sua empresa. Os dados corroboram com os dois principais pontos dos debates a respeito da ação política do empresariado brasileiro: (i) ele é atuante politicamente, ainda que nem sempre tenha sucesso em seus pleitos e; (ii) a ação política do empresariado se dá, em grande parte, de forma setorial. Dessa forma, não encontramos necessariamente um privilégio por parte deste grupo durante a elaboração de políticas econômicas ou de definição da agenda do Poder Executivo, e também não vemos o sistema corporativo como uma fraqueza na ação do empresariado, visto que este se adaptou e buscou utilizar os canais que possuía de acordo com a necessidade. Embora a existência de uma

entidade de cúpula possibilitaria que a cadeia superasse os conflitos que impossibilitaram o surgimento de uma política setorial

Outro ponto que merece destaque é a resistência do setor industrial têxtil em aceitar a abertura comercial tal qual implementada pelo Governo. Este posicionamento contrário à mostra que não houve um consenso empresarial com relação à abertura de mercado como afirmado por alguns autores, e que não aceitou as políticas neoliberais por falta de uma estratégia melhor (BIANCHI, 2004). O setor têxtil defendia que a economia fosse abertura, mas não de forma tão abrupta, com investimentos e modernização do parque fabril e qualificação da mão-de-obra, coisa que não aconteceram.

As ações realizadas pela Abit com vistas a influenciar a política econômica demonstram a situação em que se encontrava a indústria nacional antes da abertura comercial implementada na década de 90. O protecionismo do mercado nacional realizado pelo governo durante aproximadamente 20 anos, fizeram com que as empresas se acomodassem e se programassem para um cenário econômico sem competidores externos. Sua produção se destinava para o consumo local e não precisavam se adaptar e implementar novas tecnologias pois não competiam com as empresas internacionais de ponta de linha. Quando temos o fim das medidas protecionistas e a abertura comercial, as empresas não conseguem competir com o preço e qualidade dos produtos que começam a invadir o mercado nacional. Sendo assim, buscam junto ao governo incentivos para modernizar suas fábricas e impedir a entrada desenfreada de produtos que levariam seus negócios às ruínas. A abertura comercial serviu, portanto, para forçar uma modernização do parque fabril nacional, elevar a competitividade e o investimento em novas tecnologias, ainda que diminuindo o número de empresas, elevou a capacidade produtivas das indústrias que se adaptaram ao cenário de competição internacional.

Apesar de não entrar no escopo da pesquisa, os padrões de ação política podem trazer importantes contribuições acerca da relação entre o empresariado e a democracia, sendo esta uma das questões de fundo mais importantes no estudo de lobby e da ação política empresarial. As poucas menções encontradas na Carta Têxtil sobre o regime político e questões desta esfera demonstram como suas ações eram focadas principalmente para as questões econômicas. O empresariado industrial têxtil pouco se envolveu nas

questões institucionais políticas do período, tendo sua atenção direcionada para as políticas econômicas do período. Nem mesmo durante a elaboração da Constituição de 88 encontramos uma mobilização deste setor, ao menos nas publicações analisadas. Assim como demonstrado por Costa (2005) em seu estudo sobre a ACSP, vemos que o empresariado têxtil também não logrou mudar o seu papel em relação ao processo de alterações políticas e institucionais, mantendo-se como um observador, tal qual nos períodos anteriores. Seu foco encontrava-se todo para a economia e para as deliberações que pudessem impactá-los financeiramente, refletindo assim a posição deste grupo do empresariado de não se envolver com questões institucionais-políticas. O fato de não possuir agentes com capacidade de intervir na definição da política econômica, limita a sua capacidade de interferir no processo de construção do quadro político.

A abertura comercial possibilitou a transposição do “fosso intransponível” gerado pela concorrência de mercado entre as empresas, ou seja, possibilitou uma ação organizada dos empresários do setor industrial têxtil apesar de suas divergências. Vemos que a ABIT foi um ator político ativo, cuja ação tinha como foco, principalmente, o poder Executivo, devido à natureza de seus pleitos. O Congresso Nacional foi articulado com a intenção de pressionar o governo e levar as demandas da indústria têxtil às autoridades responsáveis.

As análises dos casos nos mostraram os problemas decorridos da heterogeneidade da cadeia produtiva em que o setor industrial têxtil se encontrava, e também que quando os interesses do setor eram contrários ao do governo, eram derrotados, já quando eram favoráveis, eram bem sucedidos. Isto demonstra a força que o governo possui na implementação de suas políticas e a dificuldade de “influenciar” as tomadas de decisão. Os padrões de ação política são diretamente influenciados pelo sistema corporativo de interesses, que propicia diversos canais para levar as demandas às autoridades necessárias, entretanto também arcam com o ônus de não possuir uma entidade de cúpula que ajudasse a superar os conflitos setoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, Murillo de. *Grupos de pressão no Congresso Nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no Poder Legislativo*. São Paulo: Maltese, 1994.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. *The American Political Science Review*, Volume 56, Issue 4. 947-952. Dec., 1962.
- BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Interpretações Sobre a Burguesia Industrial Brasileira: Um Breve Balanço*. In: Estudos de Sociologia, Araraquara, 15, 31-44. 2003.
- BERARDI, René Castro. *A Ação Política dos Empresários da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, Abinee. 1989-2002*. Revista ENFOQUES N° 6, Primer Semestre. 2007.
- BIANCHI, Alvaro. Estado e empresários na América Latina (1980-2000). *Antropolítica*, Niterói, n. 16, p. 101-122. 2004.
- BIANCHI, Alvaro. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutora, Unicamp. 2004
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As Incertezas do Plano Collor*. Revista Brasileira de Economia 45(especial): 83-96. Janeiro, 1991.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. *Empresariado industrial, democracia e poder político*. Novos estud. - CEBRAP nº.84. São Paulo, 2009.
- BOITO Jr. Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: Vários autores. *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLASCO, 2006
- BOSCHI, R. R. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O empresário industrial e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1963.

- CNI/SENAI/CETIQT/CNIT. Estudos para automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano 2000, v. 1 e 2. São Paulo, 1986.
- MONTEIRO, D. C.; CORRÊA, A. *BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais: O Complexo Têxtil*. 2002.
- COSTA, P. R. N. *Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- COSTA, P. R. N. Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 109-126, fev. 2005.
- DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, E. As elites empresariais e a Nova Republica: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Em empresa, empresários e sociedade, org. A.M. Kirschner e E. Gomes, Ed Sette Letras, p. 20-36. Rio de Janeiro, 1999,
- DINIZ, E.; BOSCHI, R.; SANTOS, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Lideranças Empresariais e Problemas Da Estratégia Liberal No Brasil*. 1993.
- DOCTOR, m. *Business and Delays in Port Reform in Brazil*. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 22, nº 2 (86). 2002.
- Escola de Economia de São Paulo; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas). *Elites empresariais paulistas: Depoimentos à FGV*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.
- EMERY, M. de M. O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
- IEL – Instituto Euvaldo Lodi. *Análise da Eficiência Econômica e da Competitividade da Cadeia Têxtil Brasileira*. Brasília: IEL/CNA/SEBRAE, 2000.

- IEMI. *Brasil têxtil. 1º Relatório do Setor Têxtil Brasileiro*. São Paulo, 2001.
- GOMES, E. R. . Antes do Neoliberalismo: A Expansão Exportadora da Indústria Têxtil e a Atuação Política do Empresariado do Setor, entre 1974 e 1989. *Revista de Sociologia e Política* , Curitiba, v. 1, n.10/11, p. 103-118, 1998.
- GORINI, A. P. *Panorama do Setor Têxtil no Brasil e no Mundo: Reestruturação e Perspectivas*. 2000.
- IGLECIAS, W. O empresariado do agronegócio no Brasil: Ação coletiva e formas de atuação Política – as batalhas do açúcar e Do algodão na OMC. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 28, p. 75-97, jun. 2007.
- LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FIGUEIREDO A. e LIMONGI F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 1999.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e Interesses: associações industriais, a política econômica e o Estado*. Ed., Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- MANCUSO, W. P. *O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo*. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 505-547. 2004.
- MANCUSO, W. P. & OLIVEIRA, A. J. S. N. *Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 69, p. 147-172. 2006.
- MANCUSO, W. P. *O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 131-146, Junho, 2007.
- MANCUSO, W. P. OLIVEIRA A. J.; *Abertura Econômica, Empresariado E Política: Os Planos Doméstico E Internacional*. *Lua Nova*, São Paulo, 69: 147-172, 2006.
- MARTINS, L. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

- MAXFIELD, Sylvia and Ben Ross SCHNEIDER, eds. *Business and the State in Developing Countries*. Cornell University Press, Ithaca. 1997.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP. 1999.
- PONT, J. R. *Estado e Empresariado Industrial no Brasil: Corporativismo e Representação de Interesses, 1990-2010*. Tese de Doutorado, UFPR. 2012.
- RUA, Maria das Graças. *O Mecanismo das Câmaras Setoriais na Implementação da Política Industrial, 1990-1992: Uma Avaliação Político-Institucional a partir do Caso da Câmara Setorial da Indústria Automotiva*, IPEA, Brasília, dezembro, mimeo. 1992.
- SANTOS, Manoel Leonardo. *O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados*. Tese de doutorado, UFPE, Recife, 2011.
- SCHNEIDER, B. R. *Business politics and the State in twentieth-century Latin America*. New York: Cambridge University. 2004.
- SCHNEIDER, B. R.; DONER, R. F. Business Associations and Economic Development: Why Some Associations Contribute More Than Others. *Business and Politics*, Vol. 2, No. 3, 2000.
- SKOCPOL, T. *Bringing the State Back*. In: *Strategies of Analysis in Current Research*. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- TSEBELIS, G. *Jogos ocultos*. São Paulo: Editora Edusp. 1998.
- VIANNA, O. *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- WEYLAND, K. *The Fragmentation of the Business in Brazil*. In : DURAND, F. & SILVA, E. (eds.). *Organized Business, Economic Change, and Democracy in Latin America*. Miami : North-South Center. 1998. Carta Têxtil, 04/09/1997
- <http://www.abit.org.br/>

ARTIGOS EMPRESARIAIS E OUTRAS FONTES

ABIT/SINDITÊXTIL-SP. *Carta Têxtil*. Da edição nº 1.231 a nº 1.706

Jornal do Brasil. A Amplitude do Pacto Social. Edição de janeiro de 1987.
Disponível em
http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/114768/1987_1%20a%2010%20DE%20JANEIRO_067.pdf?sequence=1

Textilia. *Na contra-mão da modernidade*. 01/07/1993. Disponível em
http://www.textilia.net/materias/ler/textil/maquina-textil/na_contra_-_mao_da_modernidade

Textilia. *De Época: O setor Têxtil e a Globalização*. 01/11/1992. Disponível em
http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/de_epoca_o_setor_textil_e_a_globalizacao

Textilia. *Saindo do mercado fechado para a competição global*. 21/06/2006.
Disponível em
http://www.textilia.net/materias/ler/textil/conjuntura/saindo_do_mercado_fechado_para_a_competicao_global

<http://www.abit.org.br>

<http://www.sinditextilsp.org.br/>

<http://www.textilia.net/>

ENTREVISTAS

Fernando Pimentel, Diretor-Superintendente da Abit, 05/11/2013;
31/01/2014

Liberta Tumkus, Relações Institucionais da Abit, 25/07/2013

ANEXO I

1º DIRETORIA ELEITA PARA O MANDATO DE 1989-1992

Cargo	Nome	Empresa	Região
Presidente	Luiz Américo Medeiros	Lanifício Anglo Brasileiro	São Paulo, SP
Vice-Presidente	Fuad Mattar	Paramount Lansu	Sapucaí do Sul, Esteio, RS
Vice-Presidentes	Abdo Aziz Nader	Indústrias Têxteis Aziz Nader	São Paulo, SP
	Cid de Azevedo Marques	Têxtil Machado Marques Ltda	Americana, SP
	Dirceu Mourá Feijó de Mello	Cia. Nacional de Estamparia	Sorocaba, SP
	Francisco Fileppo Leto	Fileppo S/A Indústria e Comércio	Itapetininga, SP
	Rafael Colombek	Vicunha	São Paulo, SP
	Carlos Fernando França da Cruz Lima	Linhas Corrente Ltda.	São Paulo, SP
	José Carlos Vilhaça	Rhodia S/A	Santo André, SP
	Konrad Robert Keller	São Paulo Alpargatas S/S	São Paulo / Sergipe
	Luiz Cavalcanti Pessoa	Cavalcanti Pessoa Rep. Têxteis Ltda.	São Paulo, SP
	Antonio Carlos Brito Macial	Cotonifício José Rufino S/A	Pernambuco
	Clovis Gonçalves de Sousa Júnior	Cia. De Tecido Santanense	Minas Gerais
	Edgar Julius Barboza Arp	Fábrica de Rendas Arp S/A	Rio de Janeiro
	Elias Miguel Haddad	Malharias N. Sra. Da Conceição S/A	São Paulo, SP
	Ivan Rodrigues Bezerra	Têxtil Bezerra de Menezes S/A	Ceará
	Ulrich Kuhn	Cia. Hering	Santa Catarina
Diretor Secretário	Eduardo Lobão Cruz	S/A Indústria Votorantim	Votorantim, SP
Diretores Secretários	Arthur Goldlust	Comexport Cia. De Com. Exterior	São Paulo, SP
	Ivah Pacheco Reis	Braspérola Ind. e Com. S/A	Rio de Janeiro / Espírito Santo / Pernambuco
	Carlos Guilherme Somio	Minasa Trading International S/A	Campinas, SP
Tesoureiro Executivo	Everardo Muller Carioba	Everardo Muller Carioba Tecidos	Americana, SP
Diretores Tesoureiros	Henrique Abdalla Chamma	Fiação e Tec. Piratininga S/A	São Paulo, SP
	Paulo Lilienfeld	Lanifício do Vale Paraíba S/A	Jacareí, SP
	Elnathan Arlindo Macedo	Cia. Tecidos Norte de Minas	Minas Gerais
Diretores	Eduardo Catharino Gordilho	Fábrica de Gazes Industriais Agro-Protetores "FAGIP" S/A	Bahia
	Francisco Cervone	Cermatex Ind. Tecidos Ltda.	Santa Bárbara D'Oeste,

			SP
	HerlmarSteinkopff	Linhas Vera Cruz S/A	Franco da Rocha, SP
	Henrique Augusto Milagre	Indústria Têxtil H. Milagre S/A	Rio Grande do Sul
	Ítalo Seuro	Tecelagem Jacyra Ltda.	Americana, SP
	João Odivai Poli	Cia. Jauense Industrial	Jaú, SP
	José Guilherme de Oliveira Azevedo	Fiação Santa Izabel S/A	Tatui, SP
	José Maria de Araújo Júnior	Têxtil Jomara Ltda.	Santa Barbará D'Oeste, SP
	Luiz Boteri de Sant'ana	Tecelagem Vonelli Ltda.	Americana, SP
	MasashiMuramatsu	Toyobo do Brasil S/A Indústria Têxtil	São Paulo / Alpavile / Americana, SP
	Paulo Antonio Skaf	Lanificio Skaf Ltda.	São Paulo, SP
Conselho Fiscal	KasuelOkada	Fiação e Tec. Kanebo do Brasil	São José dos Campos, SP
	Fábio Bruno	Tecelagem Taquara S/A	São Paulo, SP
	Vinício Cesar Fensa	Carambella - Indústria e Comércio	São Roque, SP
Suplentes	Miguel Abdelnur Filho	Tecelagem São Carlos S/A	São Carlos, SP
	Mario Lisandro Bertoni	Meliber Ind. Com. Ltda.	Itatiba / Morungaba / SP
	Herbert Loevenheis	Tecelagem Anestal Ltda.	Guarulhos, SP

Fonte: Carta Têxtil, 26/06/1989

2º DIRETORIA ELEITA PARA O MANDATO DE 1992-1995

Cargo	Nome	Empresa	Região
Presidente	Luiz Américo Medeiros	Lanificio Anglo Brasileiro	São Paulo
Vice-Presidente	Fuad Mattar	Paramont-Lansul S.A.	São Paulo
Vice-Presidentes	Aref Farkouh	Têxtil Corti Lester S.A.	São Paulo
	Pierangelo Rossetti	Ello S.A. Artefatos de Fibras Textis	São Paulo
	Cid de Azevedo Marques	Têxtil Machado Marques Ltda	São Paulo
	Luiz Carlos Magalhães	Rhodia-Ster S.A.	São Paulo
	Dirceu Mourá Feijó de Mello	Cia. Nacional de Estamparia	São Paulo
	Francisco Fileppo Leto	Fileppo S/A Indústria e Comércio	São Paulo
	Rafael Colombek	Vicunha S.A.	São Paulo
	Phillip Benson Truman	São Paulo Alpargatas S.A.	São Paulo
	Luiz Cavalcanti Pessoa	Cavalcanti Pessoa Rep. Têxteis Ltda.	São Paulo
	João Abujamra	Jutificio São Francisco Ltda.	São Paulo
	Ivan Zarif	Lanificio Santo Amaro S.A.	São Paulo
	Jean Louis Gergoes	Fairway Filamentos S.A.	São Paulo

	Bourdon		
	Herbert Schmid	Alpargatas-Santista Têxtil S.A.	São Paulo
	Salomão Rotenberg	Vicunha S.A.	São Paulo
	Jorg Dieter Albrecht	Polyenka S.A.	São Paulo
	Arlindo Cestaro Filho	Fábrica de Tecidos Tatuapé S.A.	São Paulo
	Edgar Julius Barboza Arp	Fábrica de Rendas Arp S/A	Rio de Janeiro
	Elias Miguel Haddad	Malharias N. Sra. Da Conceição S/A	São Paulo
	Ulrich Kuhn	Hering Têxtil S.A	Santa Catarina
Diretor Secretário Geral	Yvah Pacheco Reis	Braspérola Indústria e Comércio S.A	Rio de Janeiro
Diretores Secretários	Arthur Goldlust	Comexport Cia. De Com. Exterior	São Paulo
	Renato Rovegno	Química e Têxtil S.A.	Minas Gerais
	Armando Luiz Viviani	Porico Fio Têxtil Ltda	São Paulo
Tesoureiro Executivo	Everardo Muller Carloba	Carloba Têxtil S.A.	São Paulo
Diretores Tesoureiros	Paulo Lilienfeld	Lanifício do Vale Paraíba S/A	São Paulo
	Helmar Steinkopff	Linhas Vera Cruz S.A.	São Paulo
	Elnathan Arlindo Macedo	Cia. Tecidos Norte de Minas	Minas Gerais
Diretores	Eduardo Catharino Gordilho	Fábrica de Gazes Industriais Agro-Protetores "FAGIP" S/A	Bahia
	Henrique Augusto Milagre	Indústria Têxtil H. Milagre S/A	Rio Grande do Sul
	Ivan Rodrigues Bezerra	Têxtil Bezerra de Menezes S.A.	Ceará
	Joaquim José Fernandes Couto Filho	Fiação Esperança S.A.	Rio de Janeiro
	Silvio Diniz Ferreira	Cia. Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Minas Gerais
	Clovis Gonçalves de Souza Junior	Cia. De Tecidos Santanense	Minas Gerais
	Udo Dohler	Dohler S.A. Comércio e Indústria	Santa Catarina
	Alessandro Pascolato	Santaconstância Tecelagem	São Paulo
	José Guilherme de Oliveira Azevedo	Fiação Santa Izabel S.A.	São Paulo
	Antonio Carlos Gomes	S.A. Indústria Votorantim	São Paulo
	Ivan Scuro	Tecelagem Jacyra S.A.	São Paulo
	Miguel Abdelnur Filho	Tecelagem São Carlos S.A.	São Paulo
	Shiro Hibi	Toyobo do Brasil Indústria Têxtil Ltda.	São Paulo
	Thomas Zanotto	Cotonifício Beltramo S.A.	São Paulo
	Sérgio Luiz Loew	Lanifício Record S.A.	São Paulo
Conselho Fiscal	Vinício Cesar Pensa	Carambella Indústria e Comércio Ltda.	São Paulo
	Mario Lisandro Bertoni	Maliber Indústria e Comércio Têxtil Ltda.	Bahia
	Carlos Zabani	Tecelagem Hudtelfa Ltda.	São Paulo
Suplentes	Ordival Wiezel Junior	Tecelagem Wiezel S.A.	São Paulo

Ryoichi Tamaki	Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S.A.	Paraná
Kinichi Kimura	Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda.	Paraná

Fonte: Carta Têxtil 11/03/1992

3º DIRETORIA ELEITA PARA O MANDATO DE 1995-1998

Cargo	Nome	Empresa	Região
Presidente	Luiz Américo Medeiros	Lanifício Anglo Brasileiro	São Paulo
Vice-Presidente	Guilherme Azevedo Soares Giorgi	Cotonifício Guilherme Giorgi S. A.	São Paulo
Vice-Presidentes	Paulo Antonio Skaf	Skaf Indústria Têxtil S.A.	São Paulo
	Fuad Mattar	Paramont-Lansul S.A.	São Paulo
	Pierangelo Rossetti	Ello S.A. Artefatos de Fibras Textis	São Paulo
	Luiz Carlos Magalhães	Rhodia-Ster S.A.	São Paulo
	Jean Louis Gergoes Bourdon	Fairway Filamentos S.A.	São Paulo
	Herbert Schmid	Alpargatas-Santista Têxtil S.A.	São Paulo
	Salomão Rotenberg	Vicunha S.A.	São Paulo
	Jorg Dieter Albrecht	Polyenka S.A.	São Paulo
	Luiz Cavalcanti Pessoa	Cavalcanti Pessoa Rep. Têxteis Ltda.	São Paulo
	João Abujamra	Jutifício São Francisco Ltda.	São Paulo
	Ivan Zarif	Lanifício Santo Amaro S.A.	São Paulo
	Aref Farkouh	Têxtil Corti Lester S.A.	São Paulo
	Elias Miguel Haddad	Malharias N. Sra. Da Conceição S/A	São Paulo
	Ivan Rodrigues Bezerra	Têxtil Bezerra de Menezes S/A	Ceará
	Ulrich Kuhn	Hering Têxtil S.A	Santa Catarina
Diretor Secretário Geral	Yvah Pacheco Reis	Braspérola Indústria e Comércio S.A	Rio de Janeiro
Diretores Secretários	Arthur Goldlust	Comexport Cia. De Com. Exterior	São Paulo
	Alessandro Pascolato	Santaconstância Tecelagem S.A.	São Paulo
	Thomaz Marinho de A. Zanotto	Cotonifício Beltramo S.A.	São Paulo
Tesoureiro Executivo	Paulo Vieira	Têxtil Judith S.A.	São Paulo
Diretores Tesoureiros	Jorge Farah Nassif	Trufana Têxtil S.A.	São Paulo
	Helmar Steinkopff	Linhas Vera Cruz S.A.	São Paulo
	Elnathan Arlindo Macedo	Cia. Tecidos Norte de Minas	Minas Gerais

Diretores	Sílvio Diniz Ferreira	Cia. De fiação e Tec. Cedro e Cachoeira	Minas Gerais
	Joaquim José F. Couto Filho	Fiação Esperança	Rio de Janeiro
	Oscar Augusto Rache Ferreira	Fiação e Tecelagem S. José Nordeste Ltda.	Pernambuco
	José Carlos Dalles	Peixoto Gonçalves S.A. Ind. E Com.	Sergipe
	Clóvis Gonçalves de Souza Filho	Cia. Tecidos Santanense	Minas Gerais
	Udo Dohler	Dohler S.A. Comércio e Indústria	Santa Catarina
	Oswaldo Ferreira Beck	Sergio Fiaterci-CIA. Fiação e Tecelagem Porto Alegrense	Rio Grande do Sul
	Altair Beal	Polux Ind, e Comércio de Malhas Ltda.	Paraná
	Armando M. F. Monteiro Areias	São Paulo Alpargatas S.A.	São Paulo
	José Guilherme de O. Azevedo	Fiação Santa Izabel S.A.	São Paulo
	Oscar Faria Pacheco Borges	Cia. Têxtil de Castanhal	Pará
	Lúcio Antonio de Campos Pinheiro	Fama – Fabril Maria Angélica Ltda.	São Paulo
	Shiro Hibi	Toyobo do Brasil Indústria Têxtil Ltda.	São Paulo
	Osório Bezerra Dantas	Fiação de Algodão Mocó S.A.	Rio Grande do Norte
	Daniel Borger	Norfil S.A. Indústria Têxtil	Paraíba
Conselho Fiscal	Vinício Cesar Pensa	Carambella - Indústria e Comércio	São Paulo
	Everardo Carloba	Muller Carloba Têxtil S.A.	São Paulo
	Carlos Zabani	Tecelagem Hudtelfa Ltda.	São Paulo
Suplentes	Sergio Menin	Fábrica de Tecidos Nefla S.A.	São Paulo
	Toru Watanabe	Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil Ltda.	
	Kinichi Kimura	Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda.	Paraná

Fonte: Carta Têxtil 04/07/1995